

SINAIS DE SUSTENTABILIDADE DO ALGARVE 2007



SINAIS DE SUSTENTABILIDADE DO ALGARVE 2007





Introdução

A avaliação da sustentabilidade contempla uma abordagem intra e inter-geracional das componentes ambiental, económica e social e constitui uma prioridade de topo para muitos países e regiões. Este processo pode ser efectuado através de diferentes abordagens e metodologias. Neste âmbito, destaca-se os indicadores, como um instrumento de grande utilidade para a monitorização e para relatar a sustentabilidade regional.

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve) foi concebido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, com o apoio e a coordenação científica da Universidade do Algarve e o contributo de um conjunto alargado de partes interessadas, nomeadamente instituições da administração pública local e central, agentes económicos, organizações não governamentais e público em geral. O SIDS Algarve tem como finalidade avaliar e comunicar a sustentabilidade regional, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos.

De forma sumária, a metodologia adoptada, suportada por um modelo participativo, contemplou as seguintes fases: i) revisão bibliográfica de um amplo conjunto de sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores ambientais; ii) identificação dos principais temas a monitorizar na região; iii) selecção, desenvolvimento e estruturação dos indicadores; iv) comunicação e v) revisão, que será efectuada periodicamente e de forma participada, de modo a reiterar a objectividade, a credibilidade e a eficácia dos indicadores desenvolvidos.

O processo participativo materializou-se a dois níveis: i) escala local – 16 sessões de participação pública (uma por concelho), que possibilitaram a divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável e um expressivo envolvimento dos actores locais na definição dos principais temas para monitorizar a sustentabilidade; ii) escala regional – 2 sessões de participação pública com actores chave da região e várias reuniões temáticas com organizações públicas e privadas, que visaram a selecção dos indicadores através do critério relevância, bem como a discussão dos aspectos mais relevantes para o seu desenvolvimento.

A selecção final pela equipa técnica ponderou os critérios relevância e qualidade da informação disponível. Deste processo resultou um conjunto de 130 indicado-

res, que constitui o SIDS Algarve e que contempla as componentes ambiental, económica, social (incluindo os aspectos culturais) e institucional. O sistema está estruturado em 22 áreas temáticas: desenvolvimento económico; emprego; educação; população e migração; pobreza e exclusão social; saúde; segurança; cultura e lazer; governança e cidadania; investigação, desenvolvimento e tecnologia; mobilidade e transportes; energia; turismo; agricultura; florestas; pescas; ar e clima; água; natureza e biodiversidade; solos e ordenamento do território; ambientes marinhos e costeiros e resíduos. À semelhança de experiências internacionais, a estrutura adoptada na monitorização da sustentabilidade contempla dois conjuntos distintos de indicadores: um mais detalhado e extenso – indicadores-base – e um sub-conjunto, especialmente utilizado para facilitar a comunicação com o público em geral e com decisores de topo – indicadores-chave. Este sub-conjunto de 31 indicadores-chave, foi igualmente seleccionado pelos actores regionais, que aplicaram os mesmos critérios utilizados na selecção do conjunto dos indicadores-base.




A presente publicação pretende reportar a sustentabilidade da região do Algarve, através de 31 indicadores-chave. Esta edição inclui o CD interativo com a publicação “Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve” que define o conjunto de 130 indicadores-base e integra as fichas de caracterização dos 31 indicadores-chave. As fichas de caracterização dos restantes indicadores e todos os materiais de divulgação, bem como outros documentos associados ao SIDS Algarve, serão disponibilizados no sítio da Internet www.ccdr-alg.pt/sids.

Para além da melhoria do acesso à informação sobre a sustentabilidade do Algarve, os indicadores estabelecidos poderão constituir uma ferramenta de avaliação e análise da implementação dos objectivos estratégicos definidos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e nos instrumentos estratégicos regionais que visam o desenvolvimento sustentável da região, nomeadamente a Estratégia de Desenvolvimento do Algarve (2007-2013) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Para além destas potencialidades, o SIDS Algarve apresenta sub-conjuntos de indicadores que permitirão articular a monitorização: da escala local (e.g. no âmbito de Agenda 21 Locais) com a escala regional, da escala nacional com a regional, bem como, entre regiões nacionais e transfronteiriças (e.g. articulação da monitorização da sustentabilidade entre o Algarve e Andaluzia).

Avaliação dos indicadores-chave de desenvolvimento sustentável do Algarve

Pág.	Indicador-chave	Período analisado	Tendência	Qualidade da informação
6	Produto interno bruto regional	1995-2004	🟡	☆☆☆
7	Produtividade do trabalho	1998-2004	🟠	☆☆☆
8	Investimento público e privado	1995-2004	🟡	☆☆☆
9	Estrutura empresarial	2001-2004	🟡	☆☆☆
10	Poder de compra concelhio	1995-2005	🟡	☆☆☆
11	Despesa e rendimento das famílias	1995-2004	🟡	☆☆
12	Emprego	1998-2006	🟡	☆☆☆
13	Desemprego	1990-2006	🟡	☆☆☆
14	Abandono escolar	1991/2001	🟢	☆☆☆
15	Nível de escolaridade da população activa	1998-2006	🟡	☆☆☆
16	Evolução da população	1990-2006	🟡	☆☆☆
17	Risco de pobreza	1995/2000	🟠	☆☆
18	Mortalidade segundo a causa	1996-2005	🟡	☆☆☆
19	Acesso aos cuidados de saúde	1996-2005	🟡	☆☆
20	Criminalidade	2000-2005	🟡	☆☆☆
21	Participação eleitoral	1974-2007	🟡	☆☆☆
22	Governo electrónico	2003-2007	🟡	☆☆
23	Instrumentos de gestão da sustentabilidade	2007	🟡	☆☆
24	Intensidade turística	1998-2005	🟡	☆☆☆
25	Transporte de passageiros	1991/2001	🟠	☆☆
26	Consumo de energia final	1994-2005	🟠	☆☆☆
27	Produção de energia a partir de fontes renováveis	1998-2006	🟡	☆☆☆
28	Qualidade do ar	2004-2006	🟡	☆☆
29	Consumo de água	2001-2006	🟠	☆☆
30	Reutilização de água residual tratada	2003/2006	🟡	☆☆
31	Área ardida	1980-2006	🟡	☆☆☆
32	Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas	1990/2006	🟡	☆☆☆
33	Uso do solo	1995/2000	🟠	☆☆
34	Espaços verdes de utilização pública	2002	🟡	☆
35	Qualidade da água em zonas balneares	1993-2006	🟢	☆☆☆
36	Valorização e destino final de resíduos	2003/2006	🟡	☆☆

Avaliação qualitativa dos indicadores-chave

-  Tendência de evolução favorável. Aproximação aos objectivos e metas.
-  Tendência de evolução sem alterações significativas e desenvolvimentos contraditórios.
-  Tendência de evolução desfavorável. Afastamento dos objectivos e metas.

Qualidade da informação associada ao indicador ²

- ☆☆☆ Elevada
- ☆☆ Média
- ☆ Baixa

² Considerando os critérios: robustez dos dados; comparabilidade temporal e espacial; grau de resolução espacial.



— Produto Interno bruto regional

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador agregado que permite avaliar o desenvolvimento económico dum país ou região. É um dos indicadores mais utilizados para medir o desempenho da actividade económica. O PIB, resulta da soma, expressa em unidades monetárias, de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado período de tempo.

No período de 1995 a 1999, o PIB do Algarve representava, em média, 3,5% (3 327 milhões €) do PIB

nacional, subindo para 4,0% (5 347 milhões €) no período seguinte, 2000-2004.

Em 2004 o PIB *per capita* do Algarve (14 300€/hab) era, depois de Lisboa e da Madeira, o mais elevado do país (média nacional, 13 700€/hab).

No contexto europeu e naquele ano, o PIB *per capita* do Algarve, embora se situasse abaixo da média da União Europeia (UE= 100), apresentava ainda assim, um valor (77,1%) superior ao estabelecido para o objectivo de convergência (75%).

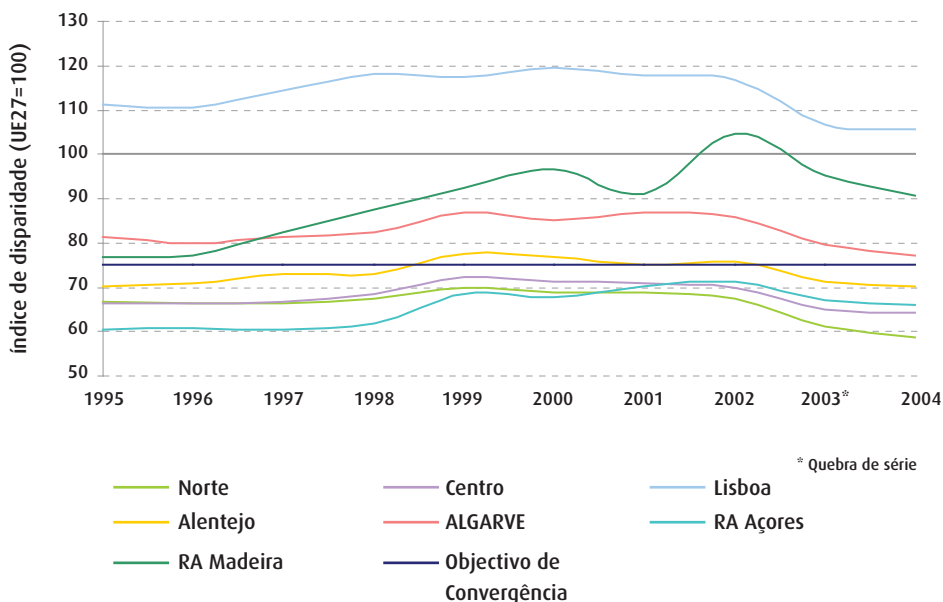


Figura 1 Disparidade do PIB *per capita* das regiões portuguesas face à média da União Europeia.
Fonte: Eurostat.



Produtividade do trabalho

A Produtividade do trabalho é um indicador de eficiência e mede-se pela relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o emprego ou hora de trabalho.

O crescimento da produtividade depende de múltiplos factores como o desempenho da mão-de-obra, o progresso tecnológico, as novas formas de organização, entre outras valências, sendo a incorporação de conhecimento e inovação, factores transversais de importância estratégica.

No período entre 2000-2004, a produtividade nacional registou uma variação média anual de 3,7%, ascendendo em 2004, a 28 200€. O Algarve foi,

no conjunto das regiões, a que apresentou uma evolução menos favorável, com um crescimento médio anual de 2%. A produtividade da região passou assim de 26 200€ em 2000, para 28 400€, em 2004, o que implicou uma descida de 107,8 para 100,7, na sua posição relativa face à média nacional.

A produtividade nacional apresenta ainda valores distantes da realidade europeia. Apesar da melhoria registada entre 2000 e 2004, a divergência mantém-se, situando-se a produtividade nacional, neste último ano, em 67% do valor médio da União Europeia (UE = 100).

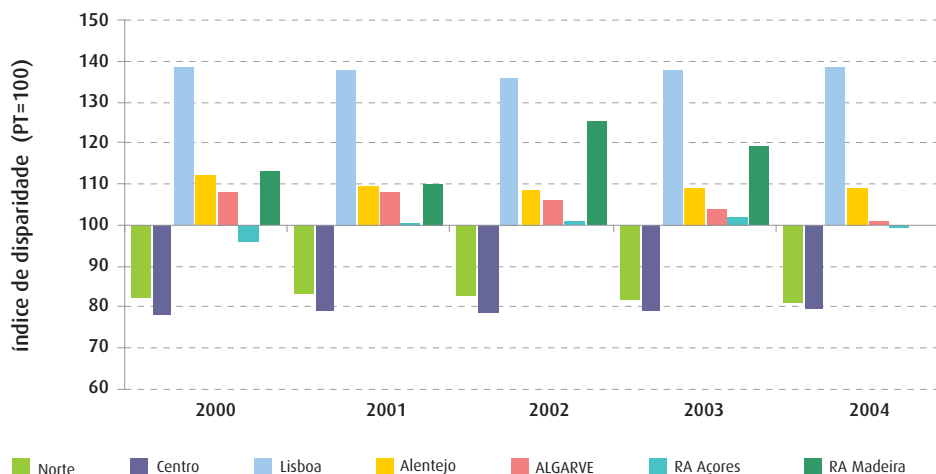


Figura 2 Disparidade regional da produtividade do trabalho (PIB/emprego total). Fonte: INE.



Investimento público e privado

O investimento é um factor essencial para o crescimento e dinamismo da actividade produtiva. Constitui, por isso, uma componente determinante do crescimento sustentado das economias.

O investimento compreende as despesas com a aquisição de bens de equipamento das empresas e serviços públicos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) e os valores referentes ao movimento de stocks.

Entre 2000 e 2004 o investimento em Portugal registou uma evolução média negativa, decorrente dos decréscimos observados em 2002 e 2003. Em 2004, houve uma ligeira melhoria, ascendendo a FBCF a 32 581 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento nominal de 2,7% relativamente ao ano anterior. No Algarve, apesar de também se terem verificado oscilações negativas, merece destaque o significativo crescimento do investimento no período 2000 a 2004 que, em termos acumulados, atingiu os 36,7%. Naquele último ano, a FBCF ascendeu a 1 604 milhões de euros, representando 4,9% do total nacional. Em

comparação com o ano anterior a evolução registada ficou aquém do crescimento nacional.

Em 2004, as actividades com maior volume de investimento da região foram, por ordem decrescente: as Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (25,6%); os Transportes, armazenagem e comunicações (15,7%); a Administração pública, defesa e segurança social obrigatória (14,3%) e as Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (8,5%). No conjunto, foram responsáveis por 64% do investimento realizado na região do Algarve. As actividades ligadas à Educação (1,7%), à Pesca (0,6%) e à Indústria extractiva (0,3%) foram as que tiveram menor expressão no investimento.

O investimento regional neste período contou com os financiamentos do Programa Operacional do Algarve, no âmbito do 3º Quadro Comunitário de Apoio 2000 – 2006, dotado com uma comparticipação comunitária de 492 milhões de euros, a que correspondia um investimento total de 815 milhões de euros no horizonte temporal de vigência do Programa.

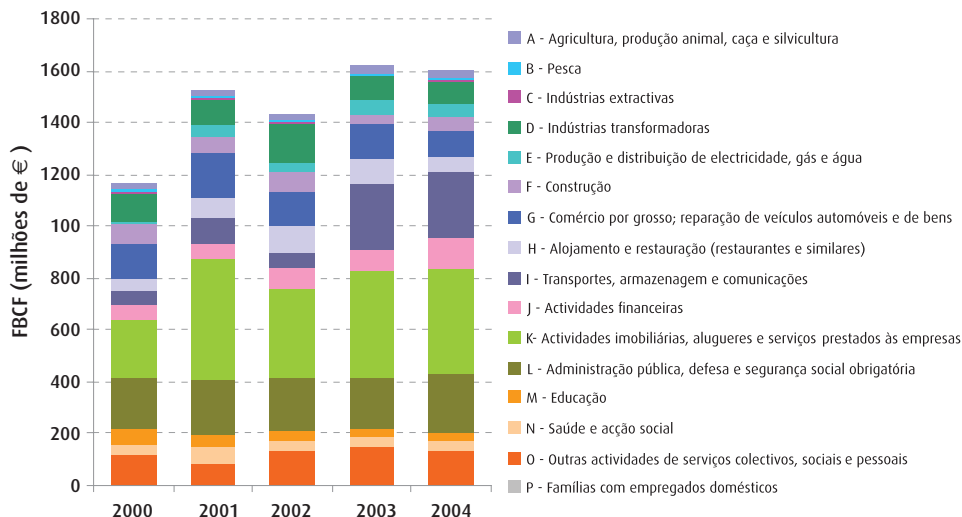


Figura 3 Evolução e repartição do investimento (FCBF) por ramo de actividade económica (A17), no Algarve. Fonte: INE.



Estrutura empresarial

A estrutura empresarial reflecte a composição do tecido produtivo e permite aferir o grau de diversificação ou especialização da base económica. Em 2004, as 32 179 empresas com sede na região, ocupavam 119 933 efectivos, geravam um volume de negócios de 7 357 milhões de euros e um valor acrescentado de 1 897 milhões de euros. No contexto nacional estas empresas representavam 5,1% do total do país, o pessoal ao serviço, 3,8% e o volume de negócios e o valor acrescentado, representavam respectivamente 2,5% e 2,7% dos correspondentes valores totais nacionais.

As actividades que neste mesmo ano concentravam maior número de empresas eram o Comércio (29,9%), a Construção (19,8%), o Alojamento e restauração (16,9%) e as Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (10%).

Refira-se que 99,8% das empresas com sede na região são micro, pequenas e médias unidades, as quais concentram perto de 90% do emprego empresarial.

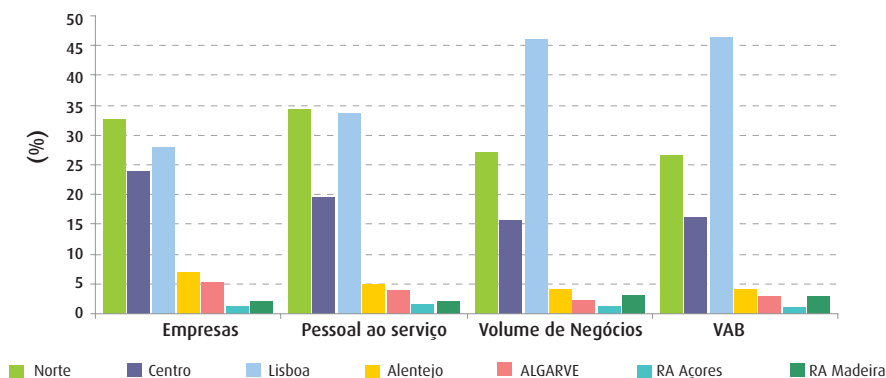


Figura 4 Empresas, pessoal ao serviço, volume de negócios e valor acrescentado bruto das empresas, em 2004, por regiões. Fonte: INE.

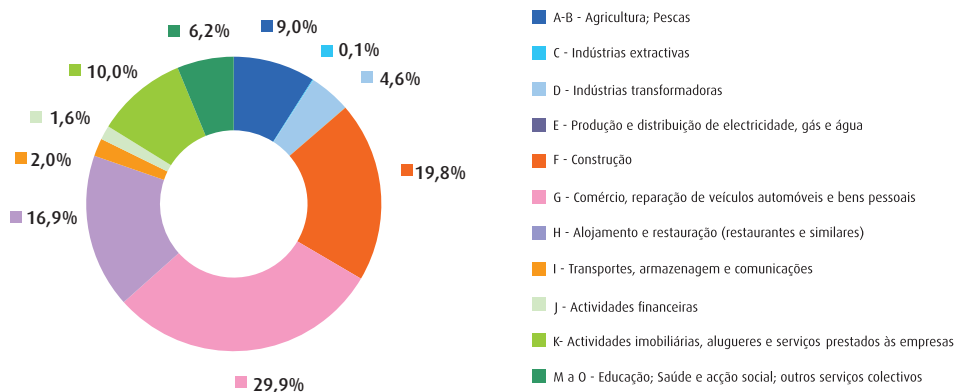


Figura 5 Empresas por tipo de actividade económica (CAE rev 2.1), em 2004, no Algarve. Fonte: INE.



— Poder de compra concelhio

Este indicador compara o índice de poder de compra dos diversos concelhos e regiões com o correspondente índice médio de referência do país.

A análise do poder de compra *per capita*, evidencia as assimetrias inter e intra-regionais e ressalta a correlação deste indicador com o grau de urbanização.

No período 1995 a 2005, excepto em 2000, as regiões de Lisboa e Algarve apresentavam um índice de poder de compra acima da média do país.

Os valores mais elevados do poder de compra *per capita* situam-se nos concelhos do litoral, com maior dimensão urbana, como era o caso, em 2005, de Faro, Albufeira, Portimão, Lagos e Loulé. Estes concelhos integravam o leque dos 15 que, a nível nacional, estão melhor posicionados. O interior algarvio, com menor grau de urbanização e menos população apresentava valores inferiores à média regional (113) sendo de salientar os casos de Alcoutim e Monchique em que o poder de compra era cerca de metade do valor médio nacional.

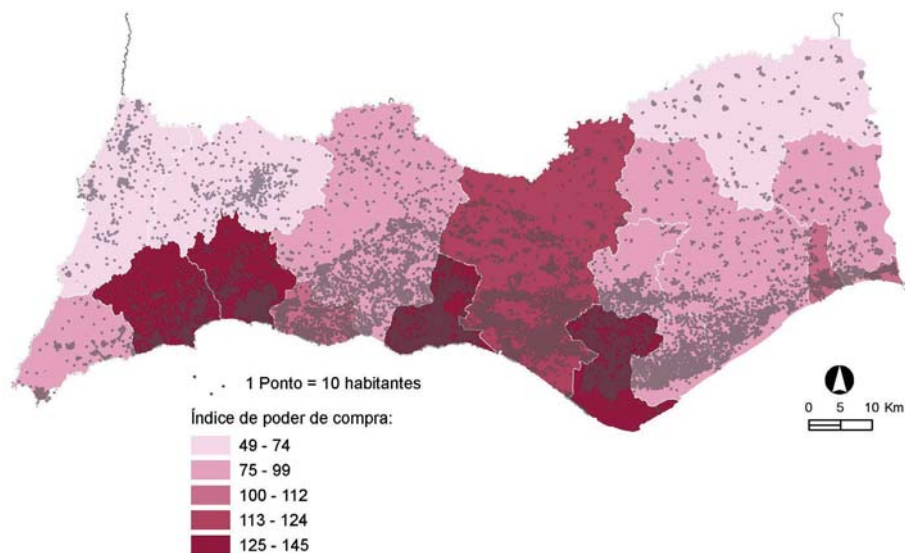


Figura 6 Poder de compra concelhio *per capita* em 2005 e distribuição da população residente em 2001.
Fonte: INE.



Despesa e rendimento das famílias

O Rendimento Disponível (RD) das famílias corresponde ao somatório das remunerações do trabalho, dos rendimentos de empresa e propriedade e das transferências correntes (internas e externas), deduzido dos impostos directos e das contribuições sociais.

No período 1995 a 2004, o RD registou uma evolução crescente. Entre 2000 e 2004 o Algarve registava a terceira melhor taxa de crescimento médio anual do RD (6,2%), depois da Madeira e dos Açores.

Em 2004, Lisboa, Madeira e Algarve, apresentavam, níveis de RD *per capita* (RDpc) superiores à média nacional.

As disparidades mais significativas de rendimento das famílias em termos de RD *pc* registaram-se entre as regiões de Lisboa e do Norte. Quanto à despesa média das famílias, esta também acusou uma evolução crescente.

Em 2000 e de acordo com a classificação do consumo individual por objectivo, as despesas com maior representatividade nos gastos dos agregados familiares, tanto no país, como no Algarve, incluíam-se na classe Habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis, com 19,8% e 19,6%, respectivamente, seguida da classe Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, com 18,7% e 19,0%.

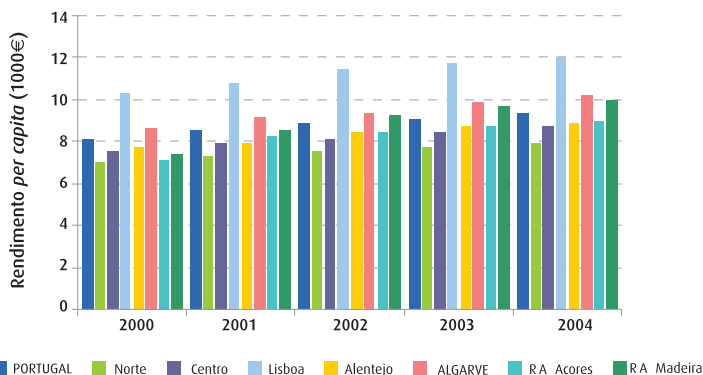


Figura 7 Rendimento Disponível *per capita* das famílias. Fonte: INE.

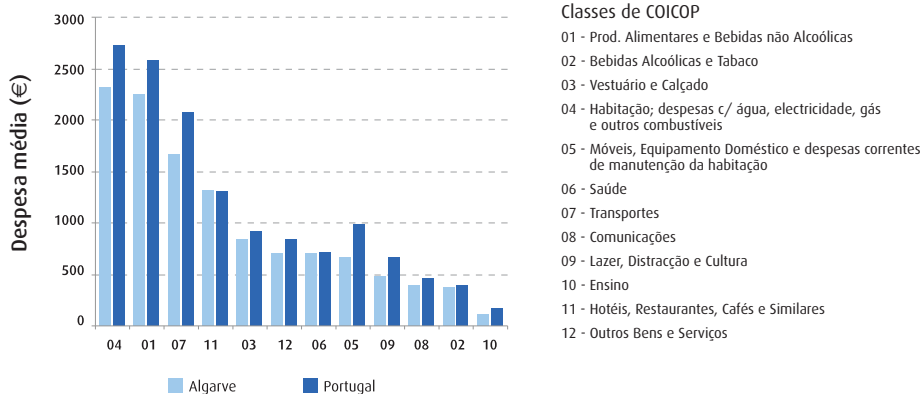


Figura 8 Despesa média dos agregados familiares, em 2000. Fonte: INE.



Emprego

O emprego, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, é uma componente fundamental na avaliação da situação económica e social de um país ou região. Se, por um lado, pode condicionar o equilíbrio social, por outro, a estrutura do emprego influencia decisivamente a capacidade de um país gerar riqueza e de se desenvolver. A existência de emprego para uma parte significativa da população em idade activa, bem como a capacidade de adaptação às exigências dos mercados, a par de princípios como a segurança no emprego e no desemprego e a qualificação da mão-de-obra, são condições importantes para o crescimento sustentado e para a coesão social.

O Algarve apresentava em 2006 uma taxa de emprego de 56,5% enquanto que o valor nacional era de 57,7%, sendo de realçar que a região apresentou uma evolução mais positiva no período de 1998 a 2006. A taxa de emprego masculina é substancialmente superior à feminina, tendo-se verificado que

no último ano em análise, 48,9% do total de mulheres em idade activa estavam empregadas, sendo essa proporção de 64,3% no caso dos homens. Em termos etários, é no grupo dos 35 aos 44 anos que se regista a maior taxa de emprego (86,3%).

O Comércio, reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico era em 2006 a actividade económica que empregava um grupo mais significativo de indivíduos (20%), seguindo-se a Construção e o Alojamento e restauração com igual proporção (14%). Em termos sectoriais surgem com destaque os Serviços, que acolhem 71% da população empregada da região.

Em 2006, das cerca de 201 700 pessoas empregadas 75,2% trabalhavam por conta de outrem. Destes, 75,5% tinham uma relação contratual baseada no contrato sem termo (média nacional de 79,9%) e 21,4% no contrato a termo (16,3% no país).

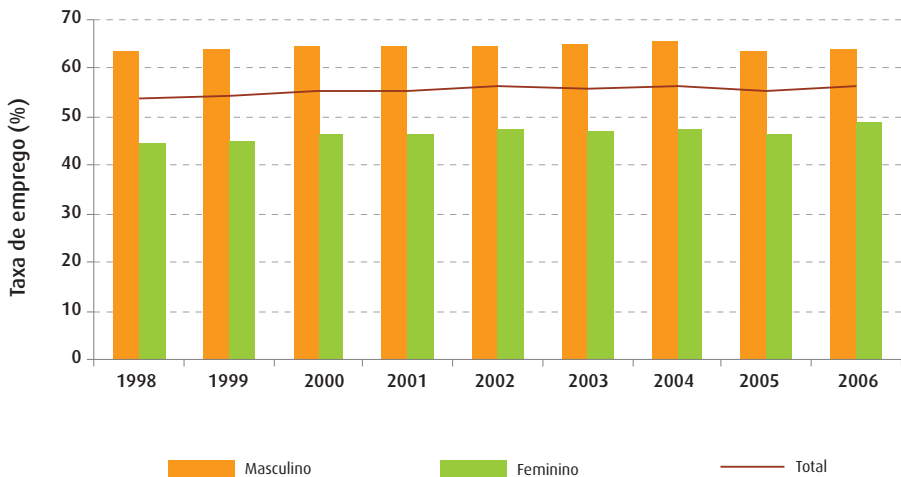


Figura 9 Taxa de emprego segundo o género, no Algarve. Fonte: INE.



Desemprego

A taxa de desemprego relaciona o número de desempregados com a população activa e é um dos indicadores mais utilizados para avaliar a situação socio-económica de um país ou região.

Desde 2000, com excepção para 2002, que o Algarve tem apresentado uma taxa de desemprego inferior à média nacional. A tendência contínua de crescimento observada para o conjunto de Portugal desde 2001 foi, na região, intercalada com descidas em 2004 e 2006. O desemprego feminino continua a ser preponderante, não se tendo verificado, regra geral, uma diminuição do desfaseamento entre a taxa de desemprego dos homens e das mulheres.

Segundo dados do IEFP, verifica-se um aumento progressivo do número de desempregados com 50 ou mais anos. No espaço de uma década a sua proporção aumentou de 16,2%, em 1996, para 23,4%

em 2006. Por outro lado, assistiu-se também a um incremento do desemprego entre estrangeiros que em 2006 representavam 16,6% do total de desempregados. Merece igualmente referência o facto de estar a aumentar a proporção de desempregados com ensino superior. Em 1996 representavam apenas 2,9% do total de desempregados inscritos, passando a 6,2% no último ano da série. O desemprego de longa duração apresenta desde 2001 uma tendência de crescimento, correspondendo a 18,3% do total no final de 2006.

A sazonalidade que caracteriza a economia regional e, conseqüentemente, o mercado de emprego, também não evidenciou alterações. No final do 4º trimestre de 2006 os cerca de 15 350 desempregados inscritos nos centros de emprego regionais, dos quais 60% eram mulheres, eram 1,6 vezes mais do que no trimestre com menos desemprego.

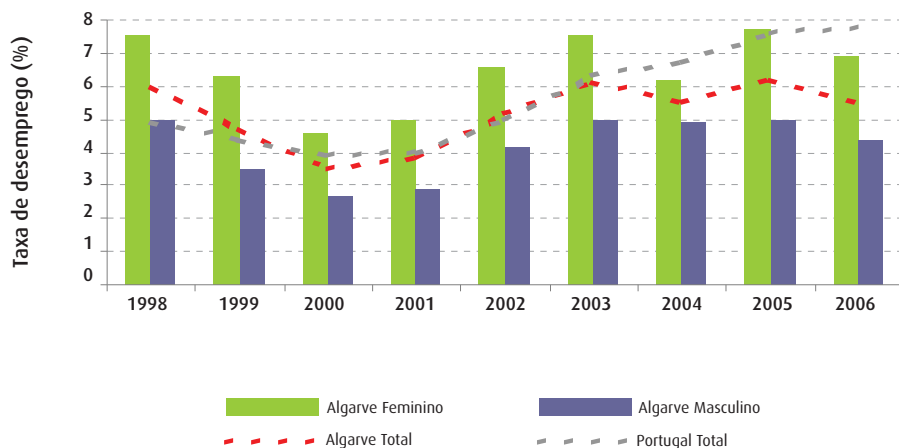


Figura 10 Taxa de desemprego segundo o género, no Algarve e em Portugal. Fonte: INE.



Abandono escolar

A saída do sistema de ensino antes de concluída a actual escolaridade obrigatória (9º ano), dentro dos limites etários estipulados, é responsável pela diminuição do número de recursos humanos disponíveis com um nível de formação básica, o que condiciona inevitavelmente a qualidade do capital humano, constituindo um obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade e competitividade do tecido produtivo.

O Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar assume como objectivo reduzir para menos de metade a taxa de abandono escolar até 2010, tomando como referência os valores inventariados para o ano de 2001.

Neste âmbito, Portugal tem assistido de forma progressiva a uma redução da taxa de abandono escolar de 12,6%, em 1991, para 2,8%, em 2001. No contexto regional, para o mesmo período, verificou-se igualmente uma diminuição considerável de 8,1% para 2,5%.

Ao nível dos municípios algarvios, em 2001, sete dos dezasseis concelhos apresentaram uma taxa de abandono escolar superior à média regional. Os concelhos de Vila do Bispo (3,81%), Lagoa (3,45%) e VRS António (2,82%) apresentaram as maiores taxas de abandono escolar (quer face à média nacional quer regional) em oposição a Monchique (1,33%), Aljezur (1,79%) e Lagos (1,90%).

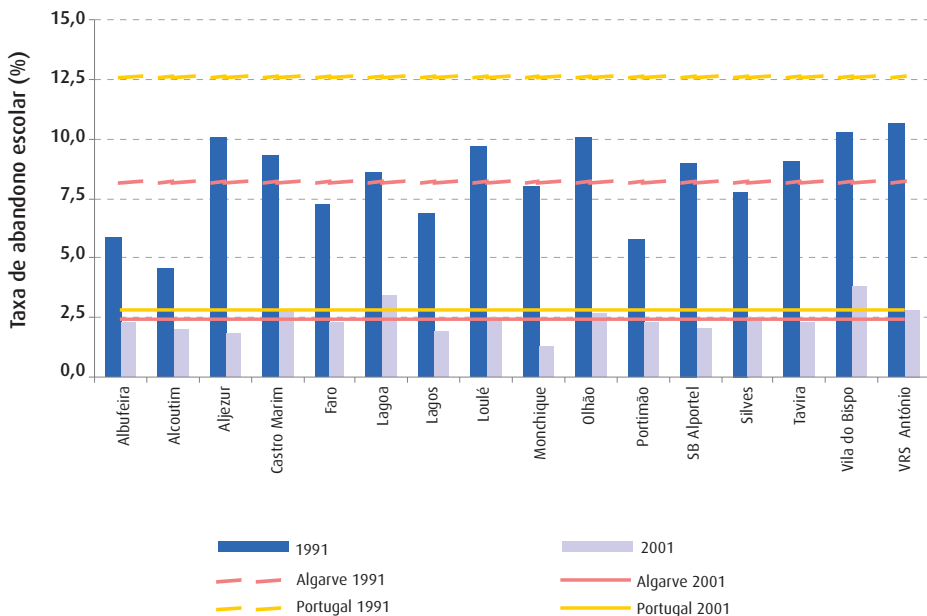


Figura 11 Taxa de abandono escolar por município. Fonte: INE.



Nível de escolaridade da população activa

A qualificação das pessoas é essencial para criar riqueza fundada no conhecimento. De acordo com a Estratégia de Lisboa este é um factor primordial para alcançar o objectivo de tornar a UE na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de gerar um crescimento económico sustentável e uma maior coesão social. Garantir que todos os jovens concluem o ensino obrigatório e que cada vez maior número atinge níveis superiores de ensino, aumentando o nível de escolaridade da população em geral e, por consequência, dos activos, tem sido uma questão central na definição das políticas públicas na área da Educação.

No entanto, apesar da evolução favorável, quer o país, quer o Algarve, encontram-se distantes das médias europeias. Na região algarvia, os activos sem escolaridade ou com níveis de escolaridade muito baixos (1º e 2º ciclo do ensino básico) representam ainda 46,6% do total, pese embora este valor revele uma diminuição de 17,3 pontos percentuais face a 1998. Em 2006, ano a que se reporta a informação mais actual, os indivíduos que apenas concluíram o

1º ciclo (25,8%) constituíam mesmo o grupo mais significativo no conjunto da população activa.

Refira-se que nesse mesmo período a população activa que detinha apenas a escolaridade obrigatória (3º ciclo) aumentou de 17,6% para 22,4%. O progresso mais significativo verificou-se, contudo, ao nível do secundário e do ensino superior. Em 2006, cerca de 18% dos activos tinha como nível máximo de escolaridade o secundário, enquanto 12,7%, correspondentes a 27.200 indivíduos, haviam terminado um curso superior. Destes, uma larga maioria (70%) tinham entre 25 e 44 anos de idade.

A distribuição dos activos segundo o género e o nível de escolaridade revela que, em 2006, 73,7% dos homens, 62,9% no caso das mulheres, apresenta níveis de escolaridade iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico. Essa hierarquia inverte-se quando se trata do ensino secundário e superior, sendo de destacar que, no conjunto da população activa feminina, 16,3% concluíram o ensino superior, sendo a proporção de 9,9% no grupo masculino.

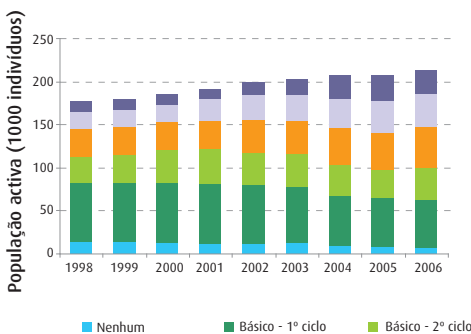


Figura 12 Nível de escolaridade da população activa, no Algarve. Fonte: INE.

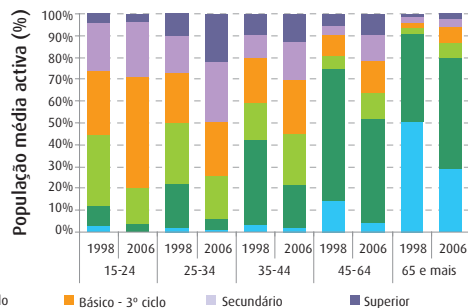


Figura 13 Nível de escolaridade da população activa por escalão etário, no Algarve. Fonte: INE.



Evolução da população

O abandono progressivo das zonas rurais e interiores e a migração populacional para as cidades é um fenómeno global, cujos impactes não são ainda completamente conhecidos, sendo que esta alteração dos padrões de ocupação do solo pode originar grandes pressões sobre os recursos e exceder a capacidade de carga de determinadas parcelas do território. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território aponta directrizes que moldam a forma como a população se distribui no território nacional, podendo referir-se o objectivo estratégico que visa promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios. O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve integra esse objectivo estratégico e aponta também para a promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo, contendo a

pressão urbanística sobre o litoral e aumentando o potencial de desenvolvimento das áreas deprimidas do interior.

A população do Algarve aumentou cerca de 24%, de 1990 para 2006, a uma média anual de crescimento de 1,36%. É a região do país com maior taxa de crescimento efectivo, bem acima da média nacional (em 2006 registou uma taxa de 1,12% face à média nacional de 0,28%). A imigração tem contribuído para esse crescimento: a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira passou de 2,5% em 1991 para 6,1% em 2001, sendo que no período compreendido entre 2001 e 2005 o número médio anual de estrangeiros que solicitou estatuto de residente foi de 2497 indivíduos.

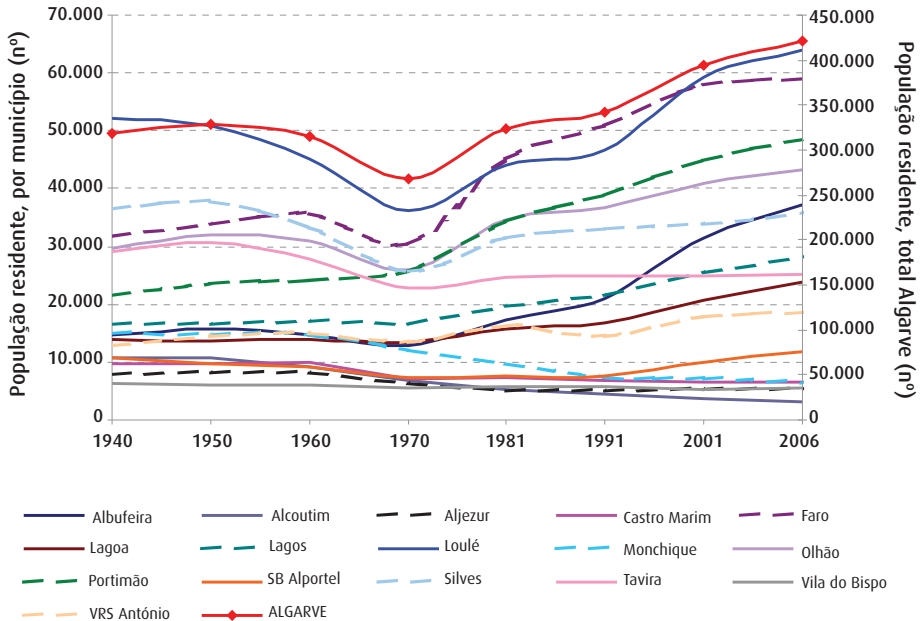


Figura 14 População residente no Algarve, por município. Fonte: INE.



Risco de pobreza

A pobreza é entendida como um fenómeno resultante da escassez de recursos para fazer face às necessidades básicas e padrão de vida da sociedade actual. Na Cimeira de Lisboa (2000) os Estados-Membros da União Europeia assumiram o compromisso de produzir um impacte decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social. A nível nacional o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 aponta as crianças, idosos, deficientes e imigrantes como os grupos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social.

Em 2004, cerca de 21% da população portuguesa vivia abaixo do limiar de pobreza, face a 16% na UE25, sendo relevantes quer o carácter persistente desse fenómeno, quer a sua variação entre sexos. As condições de vida da população em Portugal, ao contrário de outros países da Europa, dependem também da

componente não monetária do rendimento. Em 2000, 13,5% do rendimento total das famílias era proveniente de rendimentos não monetários, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o auto-abastecimento e a auto-alocação. Nesse ano, caso se considere apenas o rendimento monetário, 19,2% da população vivia em situação de risco de pobreza, valor que passa para 17,9% se os rendimentos não monetários forem contemplados.

No Algarve, considerando o rendimento total, a percentagem da população em risco de pobreza passou de 17,6% em 1995 para 23,2% em 2000, ultrapassando a região do Alentejo e ficando 5,3 pontos percentuais acima do valor nacional. Contudo, a análise deste indicador deve ser cuidada, uma vez que apenas existem dados para esses dois anos.

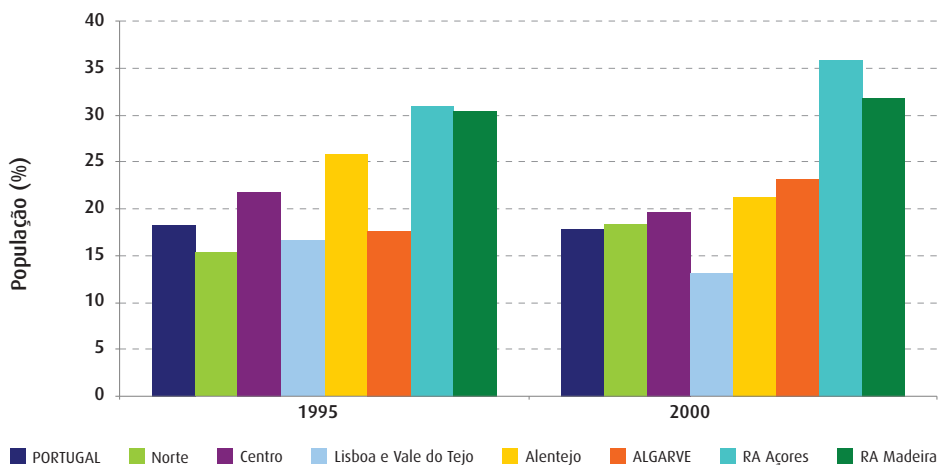


Figura 15 Percentagem da população em risco de pobreza monetária (com base no rendimento total).

Fonte: DGEEP-MTSS.



Mortalidade segundo a causa

A mortalidade segundo a causa é um indicador que permite monitorizar indirectamente o impacto de políticas e programas de saúde. Em Portugal, o Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (PNS) aponta algumas metas prioritárias para 2010, no que diz respeito às taxas de mortalidade específicas por grupos etários. Este plano indica como principais causas de morte em Portugal, as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos, tendo como referência o ano de 2001.

No Algarve, essas são também as duas principais causas de morte, nos 10 anos analisados. No caso do grupo de doenças do aparelho circulatório, assumem particular relevância as doenças cerebrovasculares e as doenças isquémicas do coração. Em relação às primeiras o Algarve regista uma convergência com a meta do PNS, verificando-se em 2004, 13,3 óbitos por 100 000 indivíduos (a meta estabelecida é 12). Em relação à segunda, apesar da ligeira tendência de-

crescente, registou-se em 2004 uma taxa de 44,4 óbitos por 100 000 indivíduos (a meta estabelecida é 8).

No período de 1996 a 2004, as taxas de mortalidade do Algarve são sempre superiores às nacionais (excepção para 2001). No entanto, para os escalões etários 25-44 e 45-64 anos existe uma convergência com as metas, registando-se em 2004, taxas de 181 (meta de 156) e de 587 (meta de 565) óbitos por 100 000 indivíduos, respectivamente. As taxas de mortalidade são consideravelmente mais elevadas nos homens, verificando-se que, em 2004, o número de óbitos por 100 000 habitantes era de 881,4 no caso dos homens face a 538,6 no caso das mulheres. Os acidentes de transporte representam em média, no período analisado, 40% do total de óbitos por causas externas. Na região, o suicídio tem vindo a aumentar a sua contribuição para o total de óbitos por causas externas, passando de 13% em 2000 para 31% em 2005.

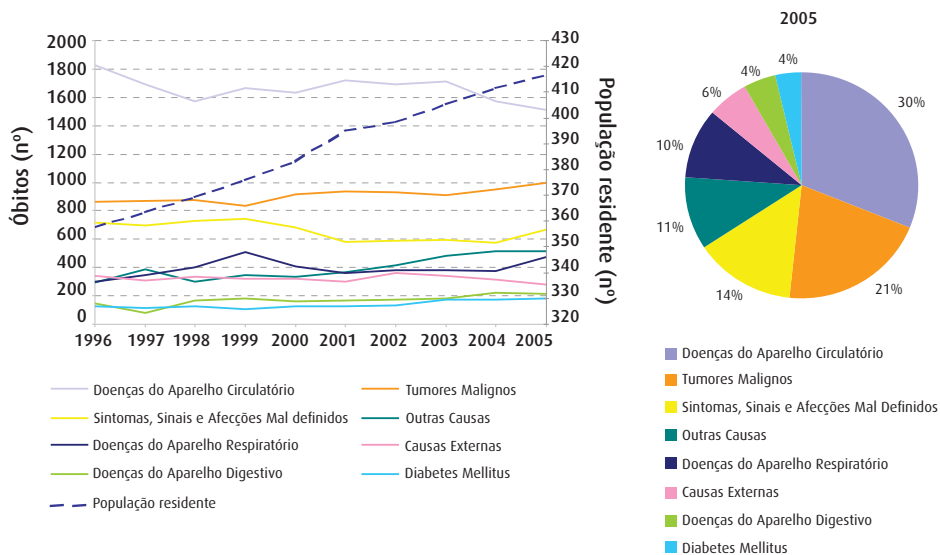


Figura 16a e 16b Mortalidade segundo as principais causas, no Algarve. Fonte: DGS, INE.



Acesso aos cuidados de saúde

O acesso aos cuidados de saúde constitui um direito consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Por conseguinte, é necessário garantir o acesso a todos os cidadãos aos cuidados de saúde, em particular aos grupos e pessoas mais carenciados.

Portugal registou, entre 1995 e 2001, o maior aumento (24,5%) de todos os países da OCDE em termos de percentagem do PIB afectada a despesas do Serviço Nacional de Saúde. No entanto, e tal como o Plano Nacional de Saúde 2004-2010 ressalta, além do investimento em infra-estruturas e pessoal afecto à saúde, a melhoria deste sector passa também pelo sucesso dos modelos processuais e de gestão adoptados.

No período analisado, o número de médicos por 1000 habitantes no Algarve passou de 2,1 para 2,8

tendo a distância ao valor nacional encurtado de 0,9 em 1996 para 0,7 em 2005. Esse é o mesmo diferencial observado, também em 2005, para o número de enfermeiros por 1000 habitantes (3,9 no Algarve e 4,6 a nível nacional).

Uma variável importante para a avaliação do acesso aos cuidados de saúde diz respeito às listas de espera. De Janeiro de 2006 a Junho de 2007, o Algarve foi a terceira região do país com menor número de inscritos na Lista de Inscritos para Cirurgia. No decorrer desse período o tempo médio de espera para cirurgia diminuiu, passando de 8,1 meses (em Janeiro de 2006) para 4,3 meses (em Junho de 2007). Nos períodos em análise o tempo médio de espera para cirurgia no Algarve foi sempre inferior à média nacional, que em Junho de 2007 se encontrava nos 5 meses.

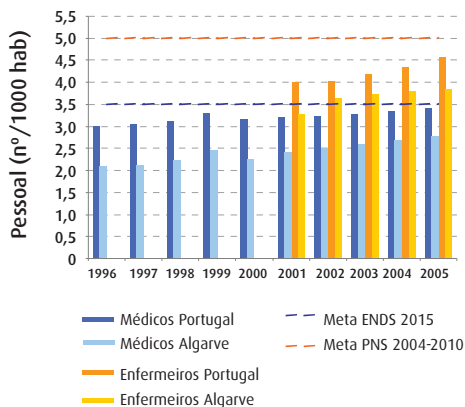


Figura 17 Médicos e enfermeiros por mil habitantes. Fonte: INE.

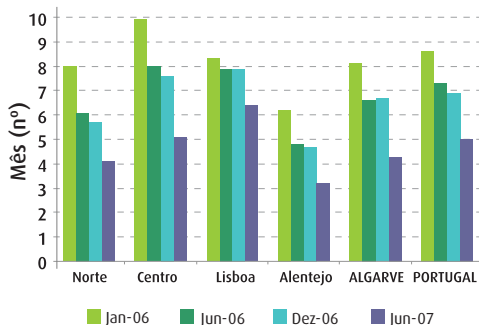


Figura 18 Tempo médio de espera para cirurgia por região. Fonte: MS -SIGLIC.



Criminalidade

A segurança é uma necessidade inerente a todos os indivíduos. No aspecto económico pode condicionar ou favorecer o investimento e é também um factor importante na decisão de escolha de um destino turístico. Portugal é considerado, no contexto europeu, como um país seguro, quer em termos de percepção pelos cidadãos europeus, quer no que respeita ao número de crimes por mil habitantes. Embora os indicadores de criminalidade sejam, por comparação, mais elevados no Algarve, a região transmite para o exterior uma boa imagem nesta área. Resultados preliminares de um estudo desenvolvido pela Universidade do Algarve junto de turistas estrangeiros³, evidenciam que os mesmos têm uma percepção muito positiva da segurança na região e que a quase totalidade dos inquiridos (96%) se sente tão ou mais segura do que no seu próprio local de residência.

Entre 2000 e 2005 o número de crimes registados pelas autoridades policiais no Algarve cresceu cerca de 23%. A taxa de criminalidade, que relativiza o número total de crimes registados pela população residente, evoluiu de 57,5 crimes por mil habitantes em 2000, para os 64,8 em 2005. Na avaliação do fenómeno se-

gundo as várias categorias de crime, destacam-se, em 2005, os crimes contra o património com uma taxa de 41,8 crimes por mil habitantes. Seguem-se os crimes contra as pessoas, significativamente menos numerosos (10 crimes por cada mil residentes) e também os que menos aumentaram neste período. Os crimes contra a vida em sociedade (e.g. falsificação de documentos, danos contra a natureza, detenção ou tráfico de armas proibidas, condução perigosa de veículo rodoviário) surgem como os terceiros mais frequentes, apresentando em 2005 uma taxa de 6,6 crimes por mil habitantes.

Entre 2004 e 2005 observou-se, na região algarvia, uma diminuição da criminalidade na maioria das categorias consideradas. Ao nível sub-regional é de referir que Albufeira, Loulé e Lagoa foram, por ordem decrescente, os concelhos com taxas de criminalidade mais elevadas em 2005. Convém no entanto salientar que o facto do Algarve ser uma região com elevado volume de população flutuante poderá ter influência na quantidade e tipo de crimes registados e que o cálculo da taxa de criminalidade apenas considera a população residente.

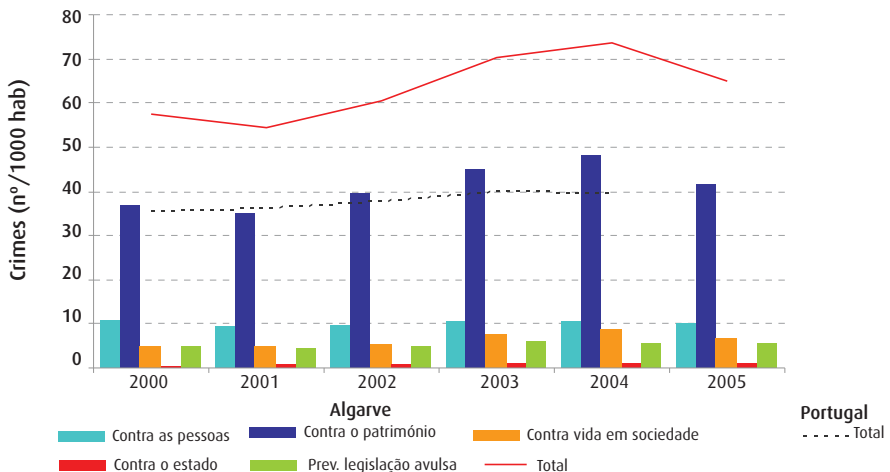


Figura 19 Taxa de criminalidade, segundo categorias de crime. Fonte: DGPJ, INE.

³ Águas, P. & Brás, M. F. (2007) - *Percepção de Segurança Pública pelos Turistas da Região do Algarve*. III Jornadas de Segurança Pública no Algarve. Faro.



Participação eleitoral

A cidadania activa pode traduzir-se na participação política, definida pelo direito dos cidadãos de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos, elegendo para o efeito representantes seus nos órgãos do poder político, exprimindo-se e contribuindo para a tomada de decisões e para a resolução dos problemas sociais.

Desde o 25 de Abril de 1974, o processo eleitoral português contou já com 37 actos eleitorais gerais (12 legislativas; 8 presidenciais; 9 autárquicas e 5 europeias) e 3 referendos de âmbito nacional. A participação nestes actos eleitorais tem sofrido uma redução ao longo dos últimos trinta anos, verificando-se que a taxa de participação da região acompanha a na-

cional. As eleições legislativas e as eleições para a Presidência da República são as que têm registado, em média, menores índices de abstenção em oposição às eleições autárquicas e, mais recentemente, às eleições para o Parlamento Europeu e os referendos nacionais.

Nos actos eleitorais mais recentes, com excepção das autárquicas, verificou-se para os concelhos de Monchique e Vila do Bispo uma participação acima da média regional, ocorrendo o mesmo nas eleições europeias. Quanto à participação nas eleições para as Autarquias Locais a maioria dos municípios, com excepção de Albufeira, Faro, Lagoa, Olhão e Portimão, apresentam taxas superiores à média da região.

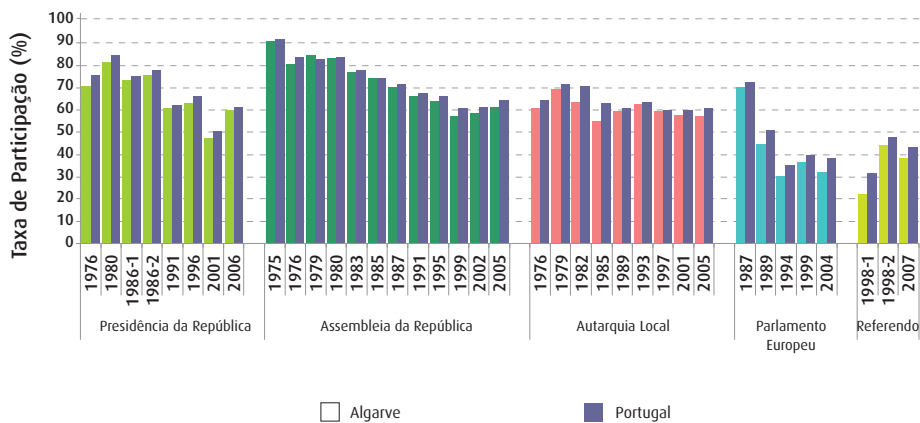


Figura 20 Participação, por tipo de acto eleitoral, entre 1975 e 2007, no Algarve e em Portugal.
Fonte: CNE/STAPE.



Governo electrónico

A modernização tecnológica é particularmente relevante na Administração Pública, dado o papel que esta tem enquanto motor de desenvolvimento e exemplo de boas práticas para outros sectores, bem como a necessidade de melhoria contínua na oferta de serviços ao cidadão. Um dos princípios políticos da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável prende-se com o direito de acesso à informação e com o desenvolvimento de canais adequados de consulta e participação. A disponibilidade de governo electrónico é especificamente utilizada pela Comissão Europeia para medir o progresso das administrações públicas neste âmbito.

Em 2007 todas as Câmaras Municipais do Algarve possuíam um conjunto básico de serviços informáticos – ligação à Internet com velocidade da ligação superior a 512 kbps, correio electrónico e sítio na Internet. No que diz respeito ao tipo de informação disponibilizada nos sítios das autarquias, existem algumas

discrepâncias. Contudo, os regulamentos municipais, os concursos de admissão e concursos públicos, as actas das reuniões de Câmara e os editais estão disponíveis na maioria dos sítios. Relativamente a serviços que envolvam uma interacção entre o utilizador e os sítios autárquicos, a disponibilização de formulários respeitantes a vários serviços é o mais frequente, sendo que nenhum dos sítios possibilita pagamentos *on-line*. Apesar da dificuldade em estimar o seu grau de utilização, sabe-se que o número de utilizadores registados nos serviços oferecidos pelos sítios camarários era de 2287 utilizadores, à data de 18/05/2007⁴. Um dos aspectos importantes na modernização e melhoria da eficiência da Administração Pública refere-se às compras electrónicas. Apurou-se que 13% das autarquias do Algarve realizam encomendas de bens e ou serviços através da Internet. Segundo dados da Agência para a Sociedade do Conhecimento – UMIC, em 2006, 16% das Câmaras Municipais de Portugal realizava encomendas *on-line*.

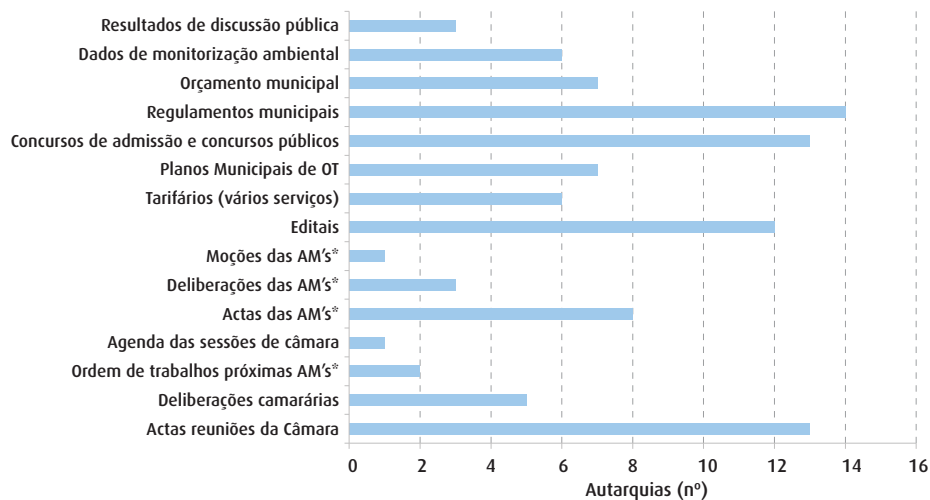


Figura 21 Informação disponibilizada nos sítios das autarquias do Algarve, em 2007.

Fonte: CCDR Algarve. Nota: * AM - Assembleia Municipal; OT - Ordenamento do Território.

⁴Fonte: Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA.



Instrumentos de gestão da sustentabilidade

A implementação e certificação de sistemas de gestão da sustentabilidade⁵ assumem uma importância crescente no desempenho e comunicação da melhoria contínua das organizações, tanto públicas como privadas.

Segundo os dados do Instituto Português de Acreditação e Certificação, até Julho de 2007, o número de organizações, a nível nacional, que voluntariamente certificaram os seus sistemas de gestão, conforme a norma ambiental – ISO 14001 ascendeu às 368, das quais 10 estavam sediadas na região do Algarve. No que diz respeito às organizações certificadas conforme a norma de qualidade – ISO 9000, contabilizaram-se 85 com sede no Algarve das 4410 a nível nacional. Relativamente às actividades das organizações certificadas, na área ambiental, prevalecem as relacionadas com Hotéis e restaurantes e Outros serviços (e.g. turísticos), enquanto que na qualidade predominam

as áreas da Construção e Comércio, reparação de veículos. Para além destes existem outros instrumentos voluntários que permitem ancorar os princípios de sustentabilidade nas tomadas de decisão, no desenvolvimento de políticas e na promoção de boas práticas. Na região, foram contabilizadas 6 organizações que se encontram certificadas de acordo com outros instrumentos, designadamente: HACCP; ISO 22000; OHSAS; EMAS e Eco-Hotel.

Relativamente a outras práticas de gestão da sustentabilidade, e no que diz respeito à administração local, dos 50 municípios portugueses que constam da lista de signatários da Carta e Compromissos de Aalborg, apenas um município algarvio (Aljezur) subscreveu a mesma. Actualmente, cinco dos dezasseis municípios algarvios desenvolvem o processo de implementação das respectivas agendas 21 local, nomeadamente Faro, Loulé, Portimão, Olhão e Tavira.

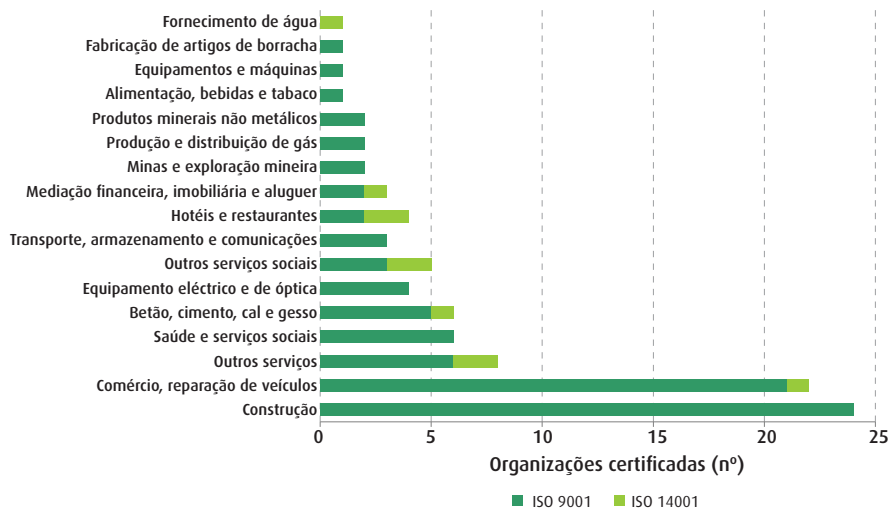


Figura 22 Organizações certificadas segundo as normas ambientais e de qualidade, por tipo de actividade económica no Algarve, em 2007. Fonte: IPAC.

⁵ ISO 14001:2004 (Sistema de gestão ambiental); ISO 9001:2000 (Sistema de gestão da qualidade); HACCP (Codex Alimentarius); ISO 22000 (Sistema de gestão da segurança alimentar) OHSAS 18001/NP 4397 (Sistema de gestão de Saúde e Segurança no Trabalho); EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria); Eco-Hotel (certificação na indústria hoteleira).



Intensidade turística

O turismo tem uma importância estratégica para a economia de Portugal e do Algarve, pela sua capacidade de criar riqueza e emprego. No entanto, o desenvolvimento turístico em excesso e deficientemente planeado pode gerar desequilíbrios económicos, sociais e ambientais a longo prazo, nomeadamente a degradação da qualidade ambiental e paisagística, a perda da identidade cultural, a diminuição da interacção social e da segurança, bem como uma diminuição do bem-estar dos turistas e das comunidades. A qualidade dos recursos turísticos depende directamente da sua capacidade de carga, isto é, do nível máximo de utilização que o recurso pode suportar, sem que se gerem impactes negativos. Dada a dificuldade em avaliar a capacidade de carga nas suas múltiplas componentes, foi determinada a intensidade turística que se pode definir como a relação entre as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros classificados e a população residente.

O Algarve apresentou, no período compreendido entre 1998 e 2005, uma intensidade turística da ordem dos 10%. Segundo o Turismo de Portugal, I.P., valores supe-

riores a 50% podem indicar a existência de problemas ambientais, por exemplo a necessidade de adequação da capacidade das infra-estruturas de saneamento básico. A intensidade turística na região, a mais elevada de Portugal, é influenciada significativamente pelas características da oferta, muito dependente de apartamentos turísticos. Para além disso, o elevado peso de camas paralelas, não contabilizadas no cálculo deste valor, indicia que a intensidade turística apresentada é inferior à real. Na análise comparativa entre concelhos, verifica-se que Albufeira apresenta a maior intensidade turística da região, tendo registado, até 2001, valores médios anuais superiores a 50%. Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António registam igualmente valores superiores à média do Algarve. A elevada intensidade turística nestes concelhos influencia fortemente o conjunto de indicadores associados aos padrões de consumo e produção, de que são exemplo as elevadas capitações no consumo de água, energia e produção de resíduos. A análise mensal da intensidade turística regional, em 2005, confirma que o seu pico se regista em Agosto, o que reflecte a dependência do produto “sol e praia”.

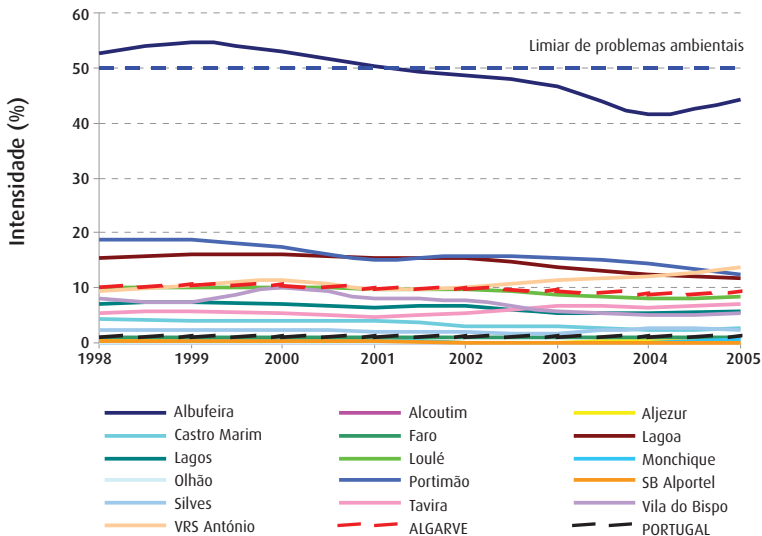


Figura 23 Intensidade turística nos concelhos do Algarve. Fonte: INE.



Transporte de passageiros

O sector dos transportes é um dos mais importantes contribuintes para as alterações climáticas, tendo também um papel relevante em termos de poluição atmosférica, ruído e fragmentação da paisagem. O volume de passageiros transportados e a forma como se deslocam, principalmente em áreas urbanas e nas longas distâncias, é determinante para o desempenho deste sector, não obstante os avanços tecnológicos observados. O uso do automóvel privado é considerado um problema que deverá ser combatido promovendo a mudança do modo rodoviário para o ferroviário e demais modos de transporte público, apostando também na inter-modalidade, ou seja, na articulação eficiente dos vários modos de transporte. Nesse âmbito, a Comissão Europeia apresentou como meta não ultrapassar os valores de 1998 no que se refere à percentagem do automóvel nas deslocações (% de passageiro.km).

No Algarve, em 2001, a utilização do automóvel (como condutor) nos movimentos pendulares surgia 4,9 pontos percentuais acima do valor nacional (34,7%). Nas deslocações a pé o valor regional (28,9%) era igualmente superior ao do país (24,9%). O concelho onde se verificava maior utilização do automóvel privado como condutor era São Brás de Al-

portel (48,6%), sendo Alcoutim o concelho onde mais se andava a pé (41,5%). Relativamente à utilização de transportes públicos no Algarve, para o mesmo ano, o autocarro representava 7,8% e o comboio 0,7% das deslocações, face às médias nacionais – 15,8% e 3,2%, respectivamente. Após a conclusão da ponte sobre o rio Guadiana observou-se também um declínio no número de passageiros transportados por modo fluvial. Relativamente ao total de deslocações (pendulares e não pendulares), em 1991, o Algarve era a região do país com maior percentagem de utilização do automóvel – 26% – aumentando esse valor para 54% em 2001, o segundo mais elevado do país a seguir à região Centro. O concelho que mais aumentou, nessa década, a utilização do automóvel nas deslocações foi Castro Marim, sendo a menor variação observada em Alcoutim. São Brás de Alportel surgia novamente como o concelho com maior percentagem de utilização do automóvel nas deslocações, seguido de Portimão e Albufeira. Os maiores fluxos de tráfego rodoviário de passageiros registam-se no eixo Faro-Loulé-Olhão, com relevância também para Lagos e Portimão. O volume de passageiros transportados no aeroporto internacional de Faro aumentou 39% no período 1997-2006.

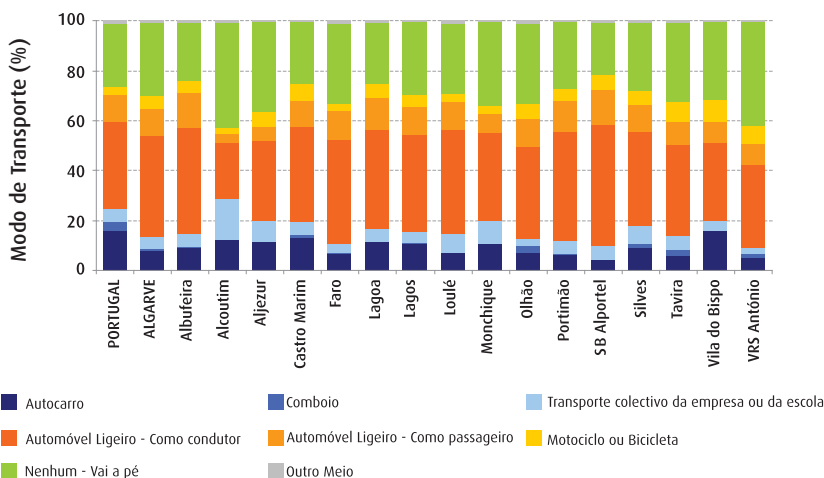


Figura 24 Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares em 2001. Fonte: INE.



Consumo de energia final

A energia é um recurso essencial para o desenvolvimento socio-económico, no entanto alguns dos principais impactes negativos da actividade humana no ambiente prendem-se, directa ou indirectamente, com a produção e consumo de energia. Dos impactes ambientais associados ao consumo energético destacam-se a poluição atmosférica e o aquecimento global, sendo da maior importância para uma sociedade sustentável a dissociação entre o consumo de energia e as emissões de substâncias acidificantes e de gases com efeito de estufa, bem como do crescimento do PIB. O tipo e a intensidade dessas pressões dependem tanto das fontes de energia e da forma como são utilizadas, como da quantidade total de energia consumida. Assim, deverá promover-se a redução do consumo, o uso eficiente e o consumo de energia menos poluente nos principais sectores que são utilizadores finais, tais como os transportes, os serviços e o residencial.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável estabelece como meta a redução do consumo final de energia em 1% ao ano, relativamente à média dos anos 2001-2005. Também com base nestes princípios de eficiência e de gestão racional da procura energética, o Conselho de Ministros de 25 de Janeiro de 2007 aprovou um conjunto de diplomas para combater às alterações climáticas, em que se estabelece

que até 2015 serão implementadas medidas de eficiência energética equivalentes a 10% do consumo energético. O consumo de energia final no Algarve, no período 1998-2005, verificou um acréscimo de 31%, face aos 19% de Portugal em igual período. A região apresenta um consumo por habitante superior ao nacional. Salienta-se, contudo, que esta capitação considerou o consumo de energia final e os residentes na região, não contemplando a população flutuante. Aproximadamente 75% da energia final consumida corresponde a petróleo, sendo uma elevada percentagem associada ao sector dos transportes. Este sector, em 2005, atingiu 55% da energia final consumida, valor superior ao nacional, onde os transportes são igualmente os maiores consumidores, com 35% do consumo. No entanto, o crescimento relativo anual do consumo de energia final na região tem diminuído no sector dos transportes e aumentado no sector dos serviços e habitação. No período 1998-2005 o consumo de energia final aumentou 42% no sector dos serviços e 49% no sector doméstico. Em relação ao consumo de energia eléctrica, no mesmo período, o Algarve apresentava um acréscimo de 43,5% no consumo *per capita*. Numa análise anual, entre 1998 e 2005, verifica-se que a capitação no Algarve é sempre superior à nacional, sendo que a nível local, o concelho de Loulé é aquele que apresenta maiores consumos de energia eléctrica.

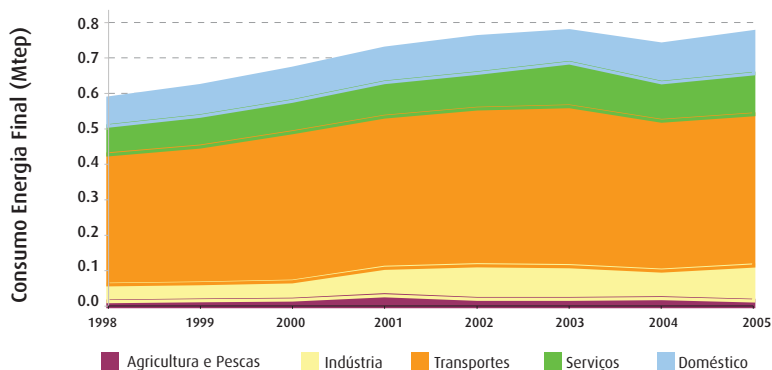


Figura 25 Consumo de energia final, por sector de actividade económica, no Algarve.

Fonte: DGGE, CCDR Algarve.



Produção de energia a partir de fontes renováveis

As formas de energia que se regeneram de uma forma cíclica, numa escala de tempo reduzida e de origem não fóssil, são consideradas energias renováveis, nomeadamente, a hídrica, a eólica, a solar, a geotérmica, a das marés, a das ondas e a de biomassa (incluindo os biocombustíveis). A promoção do uso de energias renováveis assume especial importância, uma vez que viabiliza a exploração dos recursos energéticos endógenos e permite dissociar a intensidade energética da intensidade carbónica. A Estratégia Nacional para a Energia (ENE) estabelece um conjunto de objectivos e metas que visam a promoção das energias renováveis, das quais se destacam as metas para 2010, que estabelecem que 45% do consumo bruto de electricidade seja produzido a partir de fontes de energia renováveis e a incorporação de 10% de biocombustíveis nos combustíveis rodoviários. A Estratégia de Desenvolvimento Regional, em concordância com a ENE, estabelece o objectivo de diversificar as fontes energéticas e reduzir a dependência e a intensidade energética regional.

A produção de energias renováveis na região é bastante diminuta face ao potencial existente para o aproveitamento de recursos energéticos renováveis, nomeadamente sol, vento e biomassa. A energia solar, principalmente a solar térmica, apresenta-se actualmente como um dos recursos com maior potencial

de aproveitamento, tanto a nível doméstico, como empresarial ou dos serviços públicos, dadas as horas de sol descoberto e a irradiação solar existente na região, especialmente no litoral Sul. A energia eólica apresenta o potencial de aproveitamento mais significativo na Costa Vicentina, comprovado pelos dois parques eólicos em funcionamento. Para além destes, existem outros de menor dimensão nas serras de Monchique e de Espinhaço de Cão, em São Bartolomeu de Messines e em Estói. A biomassa apresenta um potencial de aproveitamento distribuído por todo o Algarve, nas formas de biomassa florestal, biogás de resíduos de exploração pecuária e de resíduos urbanos. Para além da lenha utilizada a nível doméstico, procede-se actualmente ao aproveitamento do biogás do Aterro Sanitário do Barlavento. No contexto nacional, a região apresenta um valor residual de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis (0,3%). Este reduzido contributo, deve-se ao facto do Algarve não possuir potencial hidroeléctrico, que é a principal fonte renovável de produção de energia eléctrica em Portugal. Todavia, a produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis no Algarve registou um crescimento de 376%, no período compreendido entre 1998 e 2006, tornando Faro no segundo distrito com maior crescimento. A fonte de energia renovável com maior produção de energia eléctrica na região é a eólica, com uma capacidade instalada de 34 MW em 2006.

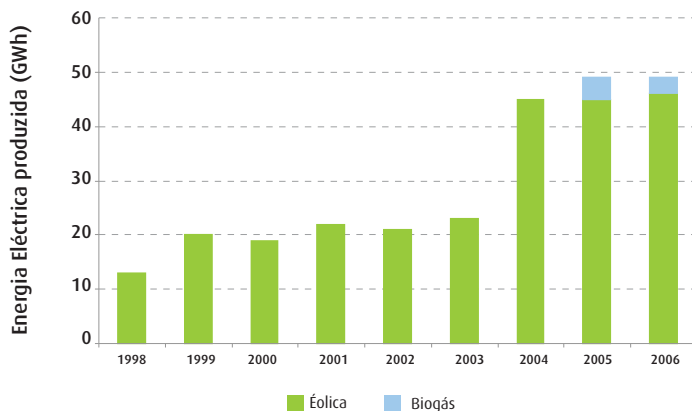


Figura 26 Energia Eléctrica produzida a partir de fontes de energia renováveis, no Algarve. Fonte: DGGE.



Qualidade do ar

A qualidade do ar é determinante para a saúde pública, particularmente em zonas urbanas onde a concentração de tráfego é maior. Estudos científicos realizados ao nível da Comissão Europeia, no âmbito do Programa *Clean Air For Europe*, estimam uma redução da esperança média de vida dos Europeus de cerca de nove meses decorrentes da exposição a poluição atmosférica. Para Portugal este programa aponta, para 2020, uma redução da esperança média de vida em cerca de 3,2 meses, como consequência da exposição às partículas finas ($PM_{2,5}$), e uma redução do número de mortes prematuras atribuídas à exposição ao ozono troposférico de 433 em 2000, para 369 em 2020, devida às melhorias esperadas. No Algarve a principal fonte de emissão de poluentes atmosféricos é o tráfego rodoviário, tendo-se verificado, entre 2000 e 2004, um acréscimo de 57% no número de veículos inspeccionados na região.

A Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) do Algarve é composta por duas estações de monitorização (uma urbana de tráfego e uma urbana de fundo) em cada uma das aglomerações: Faro-Olhão, Albufeira-Loulé e Portimão-Lagoa. Existe ainda uma estação rural de fundo em Alcoutim, localizada fora da influência directa de emissões locais, para avaliar a poluição que é transportada pela circulação atmosférica. A maioria das estações que actualmente

compõem a RMQA iniciaram o seu funcionamento em meados de 2004. A qualidade do ar é avaliada através do índice da qualidade do ar composto por diversos parâmetros indicativos: dióxido de azoto (NO_2), dióxido de enxofre (SO_2), ozono troposférico (O_3), monóxido de carbono (CO) e partículas em suspensão com diâmetro inferior a 10 micra (PM_{10}). No Algarve observa-se um predomínio da classificação Bom no índice de qualidade do ar entre 2004 e 2006. Registou-se também um ligeiro aumento da classificação Muito Bom em 2006 relativamente aos anos anteriores. No que diz respeito ao ozono troposférico, em 2004 não se registaram excedências ao limiar de informação ($180 \mu g/m^3$), tendo-se registado onze excedências em 2005 e oito em 2006. Nesses três anos não se verificaram excedências ao limiar de alerta ($240 \mu g/m^3$). Relativamente às PM_{10} , apesar da principal fonte de emissão ser o tráfego rodoviário, verificou-se a influência de outras fontes nos valores registados, incluindo o transporte atmosférico de material particulado de desertos do Norte de África e os incêndios florestais. Contudo, registaram-se excedências ao valor-limite diário devido a causas antropogénicas em número superior ao permitido na legislação (35 por ano), pelo que se tornou necessário a elaboração de planos de melhoria e programas de execução onde constam medidas destinadas a melhorar a qualidade do ar.

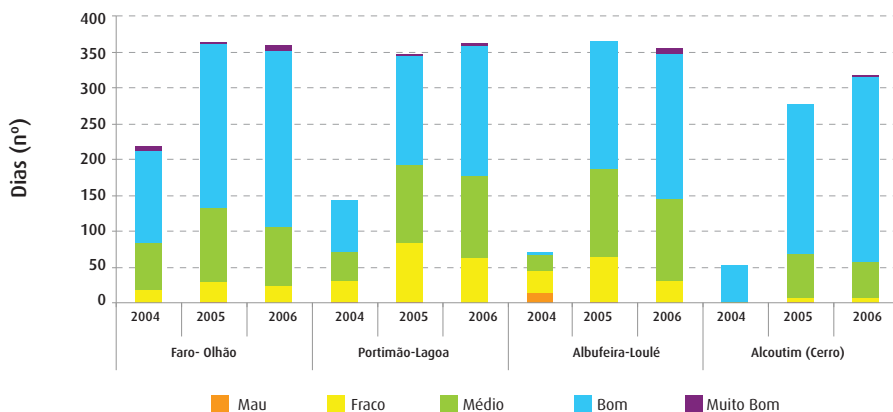


Figura 27 Índice de qualidade do ar na RMQA do Algarve. Fonte: APA.



Consumo de água

A água é um recurso vital para os ecossistemas e para o desenvolvimento humano, pelo que a salvaguarda deste recurso em quantidade e qualidade adequadas para os diversos fins tem sido, desde sempre, um dos aspectos mais cruciais para garantir o desenvolvimento sustentável da região.

O Algarve possui importantes origens de água subterrânea, das quais se destaca o aquífero Querença – Silves, e superficiais, nomeadamente as albufeiras do Arade, Funcho, Odeleite, Beliche e Bravura. As várias unidades hidrogeológicas que se localizam nas zonas do Barrocal e Litoral, apresentam uma produtividade da ordem de $160 \times 10^9 \text{ m}^3/\text{ano}$, e as albufeiras totalizam uma capacidade útil máxima de cerca de $250 \times 10^6 \text{ m}^3$. Todavia, os recursos hídricos da região do Algarve são afectados de forma significativa pelas características climáticas de tipo mediterrânico, tais como a precipitação de regime torrencial e elevada variabilidade espacial e temporal, sendo as situações de escassez hídrica frequentes, muitas vezes associadas a períodos de seca. A pressão sobre os recursos hídricos no Verão aumenta significativamente por força do grande acréscimo populacional e da maior necessidade de água para rega, pelo que

apesar da capacidade de armazenamento dos aquíferos e albufeiras permitir ultrapassar estas variações sazonais, poderá ser insuficiente para superar um conjunto sucessivo de anos hidrológicos desfavoráveis. Esta relação entre capacidade de armazenamento e consumo de água, foi intensamente monitorizada no ano hidrológico 2004/05, de modo a fundamentar a aplicação de medidas de gestão que permitissem assegurar o abastecimento de água às populações durante a seca extrema existente à data. O consumo de água associado ao abastecimento público da região apresentou uma tendência crescente até 2004. No entanto, em 2005, na sequência da seca e das medidas de redução de consumo adoptadas, reduziu-se o consumo de água associado ao Sistema Multimunicipal das Águas do Algarve. Em 2006 o consumo voltou a aumentar, mas para valores inferiores a 2004. Os concelhos de Loulé, Albufeira e Portimão apresentam os consumos anuais mais elevados da região, registando inclusive, no mês de Agosto nos dois primeiros casos, aproximadamente o dobro do consumo médio anual do respectivo concelho. Em relação ao consumo anual de água superficial nos perímetros públicos de rega verificou-se uma tendência crescente acompanhando o aumento de área regada.

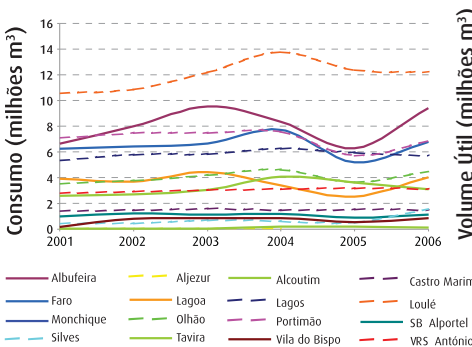


Figura 28 Consumo anual de água dos municípios abastecidos pelo Sistema Multimunicipal das Águas do Algarve⁶. Fonte: Águas do Algarve, SA; Câmara Municipal de Alcoutim, Câmara Municipal de Monchique.

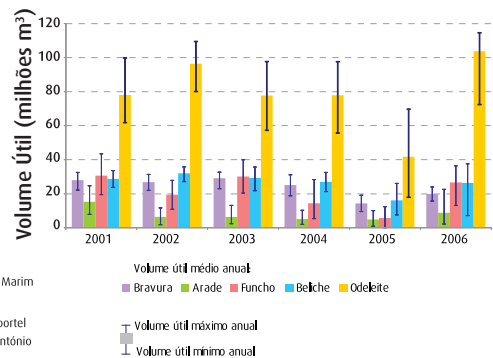


Figura 29 Volumes úteis médios, máximos e mínimos anuais registados nas albufeiras do Algarve. Fonte: CCDR Algarve.

⁶ Os consumos de 2005 encontram-se subestimados, pois não foram contabilizados os caudais das extracções de águas subterrâneas efectuadas pelas autarquias.



Reutilização da água residual tratada

A reutilização de águas residuais é vista, a nível mundial, como uma solução viável e particularmente apropriada em regiões áridas e semi-áridas, revestindo-se de particular importância no Algarve face aos episódios de seca observados. A reutilização, em diversas situações, de águas residuais tratadas está contemplada em várias medidas previstas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, tendo sido também publicada em 2006 a norma NP 4434⁷, referente à reutilização de águas residuais tratadas para rega.

A reutilização de água consiste no tratamento e na utilização de água residual com qualidade adequada para outros usos, entre os quais se destacam a rega de espaços verdes, campos de golfe, zonas agrícolas, zonas florestais e a lavagem de pavimentos urbanos. Esta prática permite a redução dos caudais captados nos meios hídricos, a redução de descarga de efluentes de Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) para meios hídricos sensíveis e a recirculação benéfica

de nutrientes quando usada em irrigação. No entanto, é necessário atender às potenciais limitações de utilização de água residual tratada e ter especial atenção no controlo efectivo das condições de funcionamento das ETAR e da qualidade do efluente produzido, por forma a garantir que não existem impactes negativos para o ambiente e para a saúde pública.

No Algarve, de acordo com a informação disponível, apenas 2% da água residual produzida é reutilizada, apesar de se ter verificado um aumento nesse volume de sensivelmente 142 500 m³ de 2003 para 2006. Segundo estudos efectuados na região⁸ a generalidade das ETAR disponibilizam caudal suficiente para fazer face às necessidades de rega dos campos de golfe, existentes e previstos – valor estimado em 8,7 milhões m³ – o que face à importância do golfe no Algarve e considerando que, até à data, é o principal sector a reutilizar água residual tratada, revela a importância deste tipo de solução.

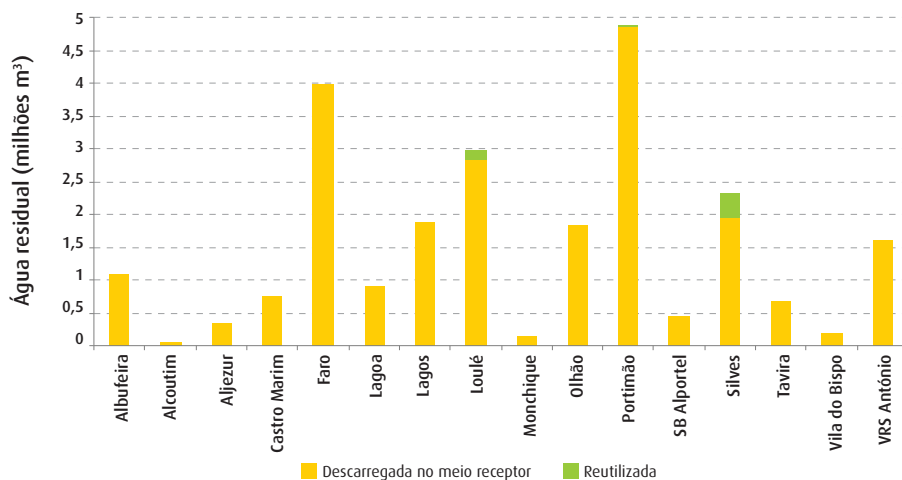


Figura 30 Água residual descarregada no meio receptor e reutilizada após tratamento, em 2006.

Fonte: CCDR Algarve; INAG; entidades gestoras licenciadas.

⁷ NP 4434:2005 (Ed. 1) – Reutilização de águas residuais urbanas tratadas na rega. (IPQ).

⁸ Martins et al. (2006) – *Potencialidades de reutilização de águas residuais para rega de campos de golfe na região do Algarve*. V Congresso Ibérico Gestão e Planeamento de Água. Faro.



Área ardida

Os incêndios florestais foram no último quarto de século a maior ameaça à floresta nacional, destruindo valor de forma sistemática e comprometendo severamente a sustentabilidade do território. Esta tendência crescente da área ardida é o resultado de uma conjugação de condições propícias à deflagração de incêndios: condições meteorológicas extremas, tais como temperaturas diurnas e nocturnas acima da média, reduzida humidade relativa, ventos de forte intensidade, significativas quantidades de matéria combustível nas áreas florestais; e uma deficiente eficácia e articulação das entidades que desenvolvem as acções de prevenção, vigilância e fiscalização e combate aos incêndios. Outro importante fenómeno, o despovoamento do interior, tem subtraído uma série de funções e de agentes indispensáveis ao desempenho estável e equilibrado da floresta, das quais se destacam o abandono da gestão florestal tradicional, a conversão de áreas agrícolas para o uso florestal, o aumento da área de matos e o abandono da pastorícia.

A Estratégia Nacional para as Florestas estabelece um conjunto de metas nacionais para a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais, das quais se destacam

a ambição da área média anual ardida ser inferior a 100 000 ha em 2012 e a eliminação de incêndios com áreas superiores a 1000 ha até 2012.

Em 2006 registaram-se em Portugal Continental 19 929 incêndios florestais, os quais foram responsáveis por 75 550 hectares de área ardida, menos 263 mil hectares que em 2005. Os valores mais elevados de área ardida ocorreram nos distritos de Viana do Castelo e Braga, e o valor mais reduzido no distrito de Faro. Todavia, nos anos de 2003 e 2004, o Algarve registou 13% e 24%, respectivamente, do total de área ardida em Portugal Continental. A área ardida em 2003 foi a mais elevada dos últimos 26 anos, em Portugal (425 726 ha) e no Algarve, onde arderam 57 178 hectares, com especial incidência nos concelhos de Monchique, Silves, Portimão, Lagos e Aljezur. No ano 2004, o distrito de Faro foi o mais afectado pelos incêndios, com 30 672 hectares de área ardida, cerca de 1/4 da área ardida de Portugal Continental (129 540 ha). No Algarve, a área ardida desse ano, a segunda maior no período 1980-2006, incidiu especialmente nos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira.

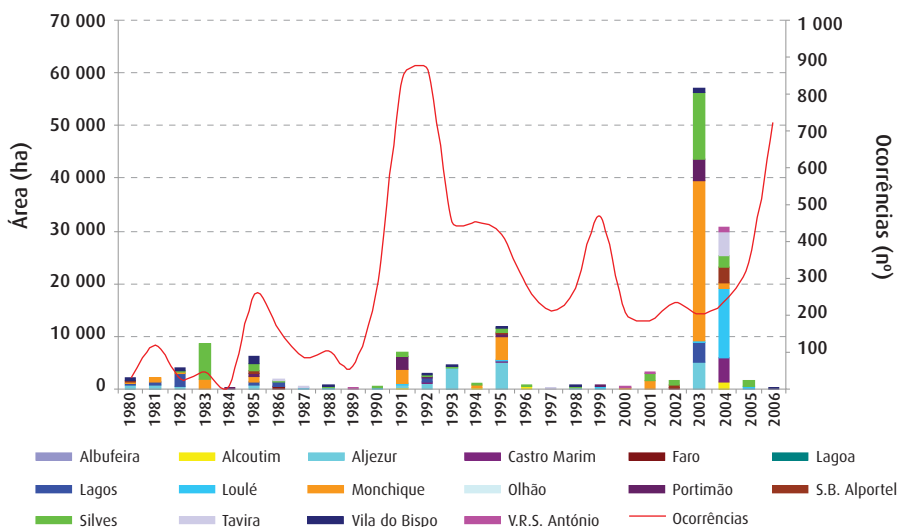


Figura 31 Incêndios florestais na região do Algarve. Fonte: DGRF.



— Espécies de fauna e flora ameaçadas e protegidas

Em termos de património natural, a região mediterrânica encontra-se entre as mais variadas e ricas da Europa. O Algarve insere-se nesse espaço, possuindo uma elevada diversidade de espécies de fauna e flora e um número significativo de endemismos, razão pela qual uma percentagem considerável do seu território, cerca de 36%, se insere na Rede Natura 2000.

A perda de biodiversidade no Algarve está associada a pressões, muitas delas resultantes das actividades humanas, incluindo a urbanização de determinadas parcelas do território, a implantação de infra-estruturas viárias, a construção de barragens, os incêndios, a intensificação dos processos agrícolas e de exploração dos recursos pesqueiros. Estas pressões, conjugadas com o processo natural de extinção das espécies, geram impactos sobre o funcionamento dos ecossistemas.

A conservação e gestão dos recursos naturais é um dos principais desafios identificados na Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada em Junho de 2006 pelo Conselho Europeu, sendo um dos objectivos apontados o de travar o declínio da biodi-

versidade na UE e contribuir para uma redução considerável da taxa de perda de biodiversidade a nível mundial até 2010. Em Portugal, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade estabelece os grandes objectivos e opções estratégicas neste domínio. No que diz respeito às espécies protegidas em Portugal Continental, verifica-se que 78% das espécies de fauna e 52% das espécies de flora têm ocorrência no Algarve.

Os “Livros Vermelhos” avaliam periodicamente os estatutos de ameaça das espécies, segundo critérios estabelecidos a nível internacional, sendo que em Portugal a mais recente actualização data de 2006 e diz respeito aos vertebrados. Verifica-se que, do total de espécies de fauna classificadas como ameaçadas em Portugal Continental, cerca de 73% têm ocorrência na região. O grupo taxonómico com maior percentagem de espécies ameaçadas (47%), no Algarve, é o dos peixes dulciaquícolas e migradores. No caso da flora, sensivelmente 20% das espécies classificadas como ameaçadas em Portugal Continental ocorrem no Algarve.

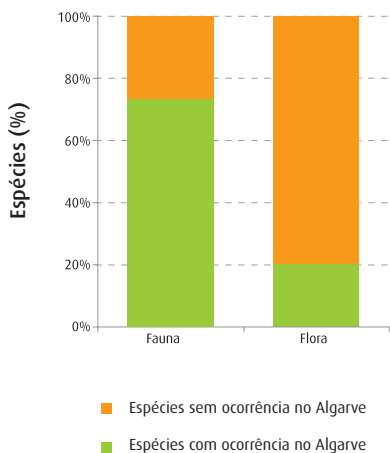


Figura 32 Espécies de fauna (vertebrados) e flora ameaçadas em Portugal Continental com e sem ocorrência no Algarve. Fonte: ICN.

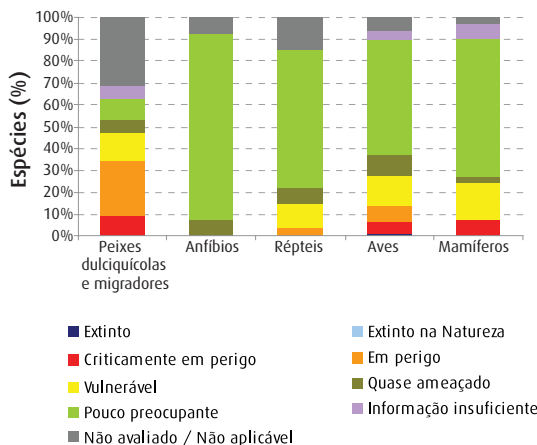


Figura 33 Espécies de fauna classificadas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal com ocorrência no Algarve, por categoria⁹. Fonte: ICN.

⁹ No cálculo deste indicador, não foram contabilizados os mamíferos e répteis marinhos, uma vez que a delimitação da sua área de ocorrência é complexa e reveste-se de alguma incerteza.



Uso do solo

O solo é um recurso finito, pelo que importa acautelar a sua utilização, através de um correcto ordenamento, de forma a garantir o equilíbrio das necessidades humanas “consumidoras” de espaço e a manutenção dos ecossistemas e da sua biodiversidade.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território estabelece as grandes opções estratégicas territoriais para Portugal, sendo que compete aos Planos Regionais de Ordenamento do Território traduzir essas directrizes e orientações fundamentais para a escala regional, constituindo um quadro de referência estratégico para os Planos Directores Municipais.

De acordo com a informação do programa europeu CORINE Land Cover, em 2000, o Algarve era a região de Portugal Continental com maior percentagem de ocupação do solo por vegetação natural (21%). Contudo, os tipos de ocupação mais abundantes eram as áreas agrícolas, que ocupam cerca de 45% da região, seguidas da floresta, com mais de 30%. O território artificializado, que inclui as classes tecido urbano (contí-

nuo e descontinuo), indústria, comércio e transportes, áreas em construção, de extracção, e de deposição de resíduos e zonas verdes ordenadas representava 3% da área regional.

Analisando a variação da área de cada classe no Algarve, entre 1985 e 2000, observa-se que a classe de ocupação que registou um maior aumento foi a de território artificializado com 54,8%, concentrado na faixa litoral sul da região, sendo este valor o maior do país (crescimento nacional 41,2%). A que sofreu um maior decréscimo foi a classe de vegetação natural, -18,8%, também o maior do país (decréscimo nacional -8,6%). No interior, principalmente em áreas de vegetação natural e nos concelhos de Alcoutim e Silves, destaca-se o crescimento das áreas florestais em cerca de 24,1%, também o valor mais elevado a nível nacional (crescimento nacional 2,8%). O Algarve foi inclusivamente a região portuguesa com maior percentagem de alteração total nesse período, cerca do dobro da percentagem de alteração ocorrida no território nacional.

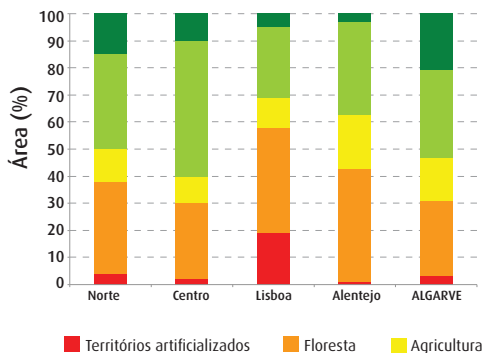


Figura 34 Distribuição das classes de ocupação do solo por regiões, em 2000. Fonte: APA.

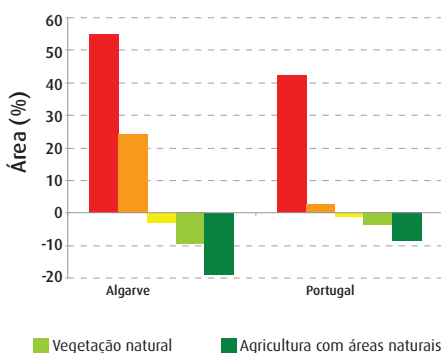


Figura 35 Variação das classes de ocupação do solo entre 1985 e 2000, no Algarve e em Portugal. Fonte: APA.



— Espaços verdes de utilização pública

A qualidade do ambiente urbano resulta da presença e do correcto inter-relacionamento de diversos elementos. A existência de espaços verdes, que podem constituir-se como áreas de fruição e lazer, nomeadamente no caso dos parques e jardins públicos, é fundamental para a qualidade de vida das populações e para o equilíbrio paisagístico, contribuindo também para a amenidade climática e para minimizar os efeitos decorrentes da poluição causada pelo tráfego automóvel.

Apesar de não existirem metas concretas para este indicador, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve prevê a delimitação de áreas vitais para a estrutura ecológica municipal, incluindo, entre outros, espaços verdes urbanos, como forma de promover a decompressão das áreas com ocupação urbanística no litoral. O plano aponta também para a garantia de que as novas áreas a urbanizar incluam áreas suficientes para espaços verdes de utilização colectiva, entre outros.

Considerando o total regional e analisando os espaços verdes cedidos pelos promotores dos empreendimentos licenciados, entre 1991 e 2001, para uso habitacional, observa-se que foram cedidos mais 4,5 ha de espaços verdes, considerando a área bruta de construção.

No entanto, apenas cinco concelhos – Loulé, Vila Real de Santo António, Vila do Bispo, Castro Marim e Alcoutim – apresentam mais área cedida do que o legalmente estabelecido. Os restantes 11 concelhos apresentam um défice de espaços verdes cedidos, sendo que os concelhos de Olhão, Portimão e Lagos necessitariam de ver a área cedida para espaços verdes aumentada em 139, 120 e 119%, respectivamente. Note-se que, em alguns casos, por exemplo em Loulé, o aumento de espaços verdes se deve à inclusão de campos de golfe apesar do acesso a esses campos ser condicionado.

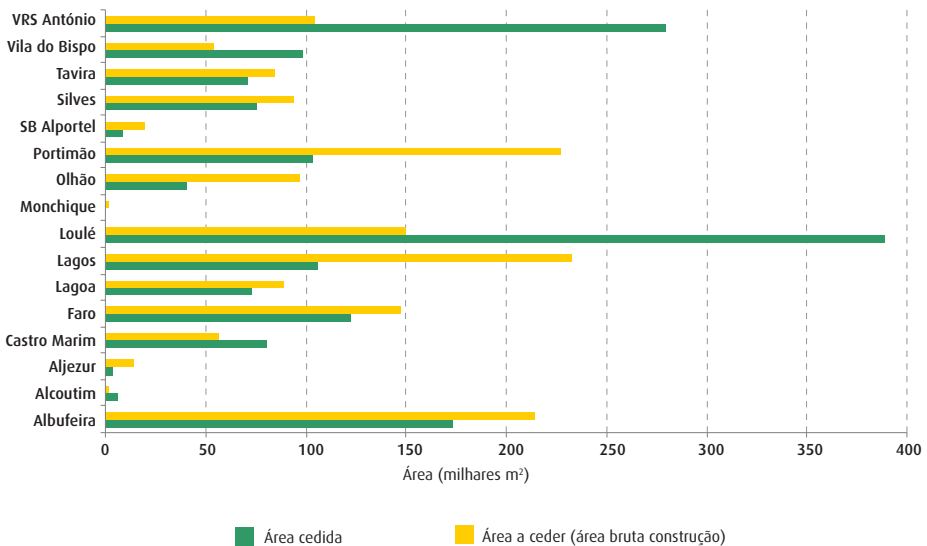


Figura 36 Área cedida para espaços verdes e de utilização colectiva entre 1991 e 2001 e área a ceder, segundo a Portaria nº 1182/92, por município. Fonte: CCDR Algarve.



Qualidade da água em zonas balneares

A qualidade da água em zonas balneares é um dos aspectos mais relevantes para a qualidade dessas zonas, de uma extrema importância para o seu usufruto pelas populações e para a actividade turística, sendo um tema que preocupa a comunidade em geral pela sua importância ambiental e também quanto à saúde pública e ao desenvolvimento turístico.

A qualidade global das águas balneares melhorou consideravelmente desde a entrada em vigor da Directiva 76/160/CEE, o que permitiu o desenvolvimento de uma nova política de águas balneares em Portugal, tendo-se iniciado os procedimentos de aplicação desta directiva em Janeiro de 1993.

Entretanto, os padrões de utilização das águas balneares mudaram e os conhecimentos científicos e técnicos evoluíram, pelo que em 2006 foi aprovada a Directiva 2006/7/CE, dando especial importância a uma participação mais vasta do público e com o compromisso de garantir um elevado nível de protecção das águas balneares. Essa Directiva deverá ser implementada obrigatoriamente até 31 de Dezembro de 2014, altura em que revogará a Directiva 76/160/CEE.

No Algarve, em 2006, das 112 praias designadas como zonas balneares, 105 obtiveram classificação Boa, 5 obtiveram classificação Aceitável e 2 obtiveram classificação Má.



Figura 37 Qualidade da água nas zonas balneares designadas no Algarve. Fonte: CCDR Algarve.



Valorização e destino final de resíduos

Os resíduos são um problema a que as sociedades têm de fazer face. No entanto, cada vez mais devem ser encarados como um recurso, constituindo assim um desafio ambiental, social e económico. As políticas de resíduos formuladas a nível nacional e comunitário trazem a necessidade de os reduzir, reciclar e reutilizar, bem como de assegurar as necessárias infra-estruturas de tratamento e eliminação. Apesar dos progressos verificados, o volume de resíduos produzidos continua a aumentar e a quantidade de resíduos enviada para aterros também, pelo que há a necessidade dos cidadãos, cada vez mais, terem uma conduta responsável na forma como produzem, separam e reutilizam os seus resíduos.

De entre as metas do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos realçam-se as definidas para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB), que estabelecem uma percentagem admissível em aterro de 50% e 35%, para 2009 e 2016, respectivamente, face à quantidade total em peso dos RUB produzidos em 1995. Em Portugal, de acordo com este plano, em 2005, foram encaminhados para aterro 63% dos RSU produzidos, tendo a valorização orgânica abrangido 7% dos RSU e a recolha selectiva apresentado valores inferiores a 25%.

No contexto da região algarvia, em 2006, do total de resíduos urbanos e equiparados recolhidos (474 240 t), 93% foram encaminhados para aterro e 7% sujeitos a valorização orgânica ou reciclagem. Do total de resíduos encaminhados para aterro contabiliza-se: 69,7%

de RSU, 15,7% de resíduos de construção e demolição (RC&D) em vala de deposição própria, 9,8% de monstros, 3% de verdes, 1,7% de lamas, e 0,2% de resíduos agrícolas. Do total sujeito a valorização, contabiliza-se: 44,4% de resíduos de embalagens retomados, 39,8% de verdes, 7,2% de pneus, 6,7% de monstros, 1,8% de veículos em fim de vida (VFV) e 0,1% de pilhas.

Em 2003, dos resíduos industriais banais (RIB) com origem no Algarve e encaminhados para destino final, 63% sofreram eliminação e 37% foram valorizados; enquanto que dos resíduos industriais perigosos (RIP) encaminhados, 8% sofreram eliminação e 92% valorização.

Quanto aos resíduos hospitalares (RH), do total produzido em 2005, cerca de 63% (544 t) pertenciam aos Grupos I+II (equiparados a urbanos e não perigosos), 33% (273 t) ao Grupo III (RH de risco biológico) e 5% (39 t) ao Grupo IV (RH específicos). No que respeita à componente de RH dos Grupos I+II encaminhados para reciclagem, em 2005, os hospitais e centros de saúde do Algarve declararam a recolha de cerca de 54 t de resíduos (cerca de 10% do produzido), enquanto que os Centros de Alcoologia, Histocompatibilidade e Laboratórios de Saúde Pública e os serviços personalizados não quantificaram os seus resíduos. Quanto à eliminação dos resíduos dos Grupos III e IV, observa-se que os primeiros são submetidos frequentemente a autoclavagem e em menor proporção à desinfecção química, permitindo posterior eliminação como resíduos urbanos, e para os segundos recorre-se à incineração como método de eliminação.

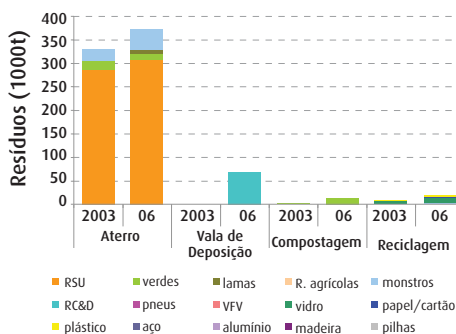


Figura 38 Valorização e destino final de resíduos no Algarve. Fonte: SPV - Algar - VALORPNEU - Ecopilhas.

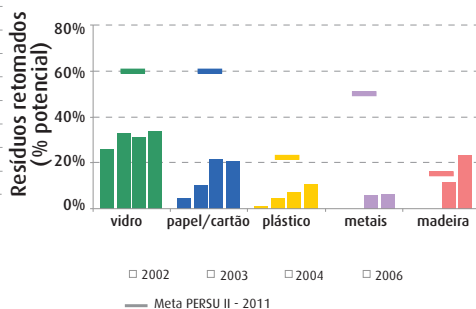


Figura 39 Resíduos de embalagens encaminhados para valorização. Fonte: SPV - Algar.